



Relatório da Administração - Exercício de 2006

Senhores Acionistas,

A Administração das Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submeteu à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

A Companhia

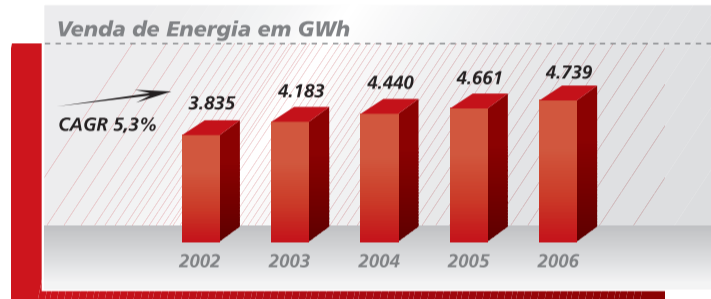
As Centrais Elétricas do Pará S.A. ("CELPA") é uma concessionária de distribuição de energia elétrica e uma sociedade por ações de capital aberto, controlada pela QMRA Participações S.A. ("QMRA"). A concessão da CELPA abrange a todo o Estado do Pará, o que beneficia aproximadamente 7,1 milhões de habitantes, em total de 143 municípios, distribuídos em uma área de 1.247.690 km².

Fatos Relevantes

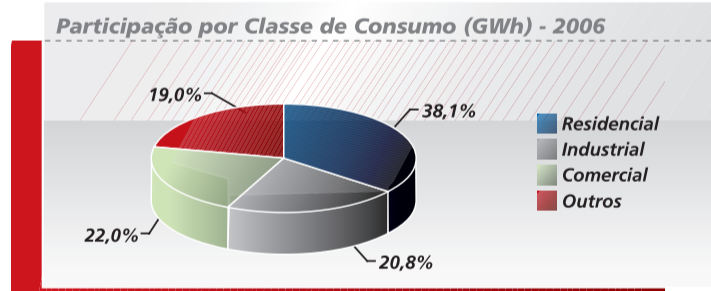
- Em 14 de fevereiro de 2006, ocorreu a emissão de títulos das ("Notes Units") no valor de US\$ 50 milhões, com prazo para liquidação de 6 anos, sendo 3 anos de carência e 3 anos para amortização do principal. O custo dessa captação foi de 9,5% ao ano, acrescido da variação cambial, com pagamento de juros semestrais. O montante do principal da operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos, em reais, lastreados pelo IGPM.
- Em 25 de julho de 2006, o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"), creditou os montantes de US\$ 100,0 milhões para a CELPA de um total contratado de US\$ 135 milhões. Esses valores são destinados a investimentos, tais como ampliação e modernização dos sistemas de transmissão e distribuição, bem como projetos para redução de perdas. O financiamento foi dividido em duas partes, denominadas Parte A (A Loan), que são os recursos provenientes do próprio BID e Parte B (B Loan), que são recursos provenientes de bancos comerciais (Itaú Europa e Société Générale). A Parte A será liquidada em 9 anos, sendo 3 anos de carência e 6 anos para amortização do principal e a Parte B em 6 anos, sendo 3 anos de carência e 3 anos de amortização. Do total contratado, US\$ 75,0 milhões referem-se à Parte A e US\$ 60,0 milhões para a Parte B. O montante do principal da operação também foi protegido contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos, em reais, lastreados pelo IGPM.

Desempenho Operacional

A CELPA atende a 1.392.930 unidades consumidoras e a maior parte da energia requerida para atendimento desse mercado (95,4%) é comprada de um conjunto de Empresas Geradoras do Sistema Interligado Nacional - SIN e o restante (4,6%) é proveniente de Geração Própria e Terceirizada.

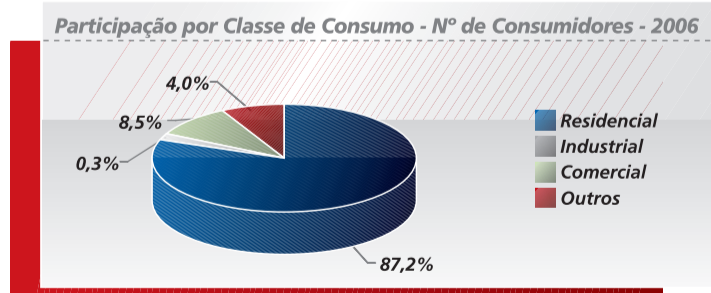


Em 2006, o Mercado de Energia Elétrica da CELPA apresentou crescimento de 1,7% em relação a 2005. Foram consumidos 4.739 GWh contra 4.661 GWh registrados em 2005. A classe residencial, responsável por 38,1% do consumo total, apresentou crescimento de 2,0% com consumo de 1.806 GWh. A classe comercial, a segunda maior classe de consumo da CELPA com participação de 22,0% do consumo total, apresentou um crescimento de 2,9% e consumo de 1.044 GWh. Já a classe industrial, a terceira mais representativa com participação de 20,8% no consumo total, decresceu (2,9%), registrando 988 GWh.



Em 2006, destacamos o desempenho da classe rural que apresentou um expressivo crescimento, 12,6%, basicamente em decorrência da continuação dos Programas de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, Luz Para Todos e do Programa de Investimentos Sociais (PIS), que propiciaram a ligação de novos consumidores ao sistema de distribuição de energia da CELPA.

O decréscimo de 2,9% da classe industrial foi resultado da saída de consumidores cativos, atendidos em alta tensão que, em decorrência da legislação vigente, optaram pelo atendimento na categoria de clientes livres. Os ramos de atividade com melhores desempenhos nessa classe de consumo foram: Produtos Alimentícios/Bebidas, Indústria da Madeira, Metalurgia e Produtos Minerais não Metálicos. Juntos, esses ramos representaram 83,3% do consumo total da classe, com participações de 26,5%, 26,3%, 17,1% e 13,4%, respectivamente.

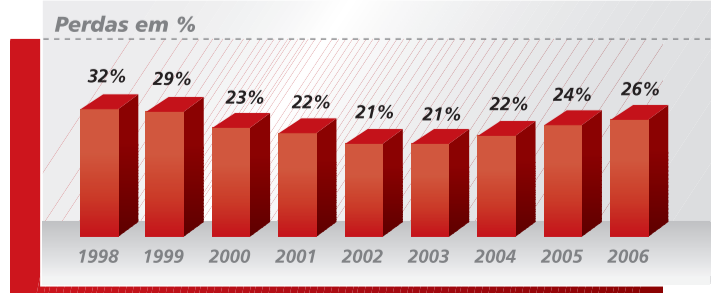


A CELPA registrou ainda um total de 1.392.930 unidades consumidoras, representando um crescimento de 6,2% em relação ao ano anterior, correspondente a um incremento de 81.627 novas unidades atendidas. O número de unidades consumidoras residenciais atingiu 1.215.023, evoluindo 4,7% em relação a 2005, com um incremento de 54.958 novas unidades.

A CELPA encerrou o ano mantendo a qualidade e a confiabilidade da oferta de energia no Estado. Neste exercício, 109 municípios foram atendidos por meio do Sistema Interligado e 34 pelo Sistema Isolado.

Perdas

Desde 1998, a concessionária vem realizando investimentos e implementando diversas ações com o propósito de reduzir os índices de perdas técnicas e comerciais.



Índices calculados a partir do mercado faturado
Comparando-se os índices de perdas apurados no final dos exercícios de 2005 e 2006, constata-se um aumento de 2,7 pontos percentuais. Principalmente devido ao grande

número de áreas de ocupação. A fim de retomar a curva descendente desse índice a CELPA obteve um financiamento junto ao BID no valor total de US\$ 135 milhões. Parte desse montante será destinada a programas que visam exclusivamente a redução de perdas, cujos reflexos serão percebidos nos próximos anos, a medida que os projetos forem sendo implementados.

Atendimento ao Cliente

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes) e TMA - Tempo Médio de Atendimento, que mostra o tempo médio em que são atendidas as reclamações e solicitações dos clientes (medido em minutos).

	2006	2005
DEC	34,4	42,6
FEC	32,6	36,6
TMA	182	237

Valores em base anual

Em 2006 foram consolidadas as ações desenvolvidas em 2005 e novos processos foram postos em prática visando a eficiência dos serviços comerciais da CELPA. Como resultado tivemos a ampliação do atendimento e a melhora da qualidade do capital humano a serviço aos clientes.

Abaixo apresentamos algumas ações que merecem destaque:

- Troca do equipamento da central de atendimento ao cliente, com ampliação da capacidade de absorção de chamadas telefônicas;
- Mudança das instalações físicas do Call Center;
- Ampliação do quadro de atendentes do call center em 10 %;
- Instalação de 29 postos de arrecadação em municípios de difícil acesso;
- Treinamento de 349 atendentes e criação do processo de avaliação continua em procedimento e legislação comercial do setor elétrico;
- Treinamento de 163 atendentes em processo de qualidade;
- Realização de 123 palestras, em 37 municípios para um público de 8.505 pessoas no âmbito do Projeto Transparência, propiciando aos clientes e comunidade em geral informações sobre fornecimento, segurança e uso racional de energia elétrica.

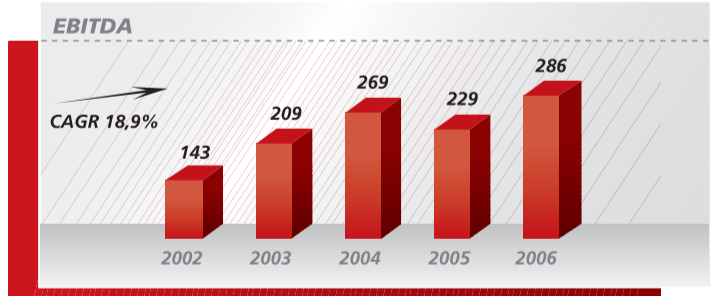
Desempenho Econômico Financeiro

Valores em R\$ mil	2002	2003	2004	2005	2006
Vendas em GWh	3.835	4.183	4.440	4.661	4.739
Receita Operacional Bruta	964.687	1.226.183	1.464.366	1.532.591	1.698.501
Receita Operacional Líquida	694.751	873.476	1.025.292	996.151	1.129.048
EBITDA (1)	142.541	208.717	269.039	228.988	286.343
Margem Ebitda(%) (2)	20,5%	23,9%	26,2%	22,99%	25,36%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(38.593)	58.300	(124.663)	98.372	79.359
Endividamento (3)	477.639	423.585	372.135	357.172	594.387
Dívida/EBITDA	3,35	2,03	1,38	1,56	2,08
Patrimônio Líquido	844.085	887.082	762.757	1.222.976	1.281.238
Índice de Endividamento (4)	36,1%	32,3%	32,8%	22,60%	31,69%

(1) Ebitda: Resultado antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização.
(2) Margem Ebitda: Ebitda / Receita Operacional Líquida.
(3) Endividamento: Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Encargos das Dívidas.
(4) Índice de endividamento: Endividamento / (Endividamento + Patrimônio Líquido).

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 10,8%, passando de R\$ 1.532,6 milhões em 2005 para R\$1.698,5 em 2006. A receita operacional líquida do exercício atingiu R\$ 1.129,0 milhões, apresentando um crescimento de 13,3% em relação a receita verificada no exercício de 2005. Esse aumento foi decorrente do crescimento do mercado de venda de energia elétrica, bem como do reajuste tarifário anual, homologado pelo Órgão Regulador a partir de agosto de 2006.

O custo do serviço, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão, atingiu R\$ 410,4 milhões e, portanto, 3,1% acima do verificado em 2005. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: compra de energia por meio de leilão a custos maiores que os anteriormente praticados no contrato inicial, redução na compra de energia elétrica de curto prazo, redução dos encargos de uso do sistema de transmissão, bem como a utilização de créditos extemporâneos de PIS e COFINS. Vale acrescentar que esses custos compõem a chamada Parcela A, categoria de custos não gerenciáveis e, portanto, serão integralmente repassados para a tarifa de fornecimento no próximo ciclo de reajuste tarifário. Neste mesmo período, o custo de operação atingiu R\$ 231,2 milhões, superando em 12,8% o valor de 2005. Tal incremento foi influenciado principalmente pelo crescimento do valor da depreciação decorrente da reavaliação do ativo imobilizado e transferência para serviço de um número elevado de ODI's, bem como na aquisição de combustível para geração de energia elétrica não coberta pela CCC.



O EBITDA da companhia, que compreende o resultado do serviço acrescido da amortização e depreciação, passou de R\$ 228,9 milhões em 2005 para R\$ 286,3 milhões em 2006, representando um crescimento de 25%. A margem EBITDA de 25,36% sobre a Receita Operacional Líquida é 2,37% superior a margem obtida em 2005.

Em 2006, o resultado operacional apresentou um crescimento de 22,8%, passando de R\$ 100,8 milhões em 2005 para R\$ 123,7 milhões em 2006. O resultado líquido do exercício passou de um lucro de R\$ 98,4 milhões em 2005, para um lucro de R\$ 79,4 milhões em 2006, resultado esse influenciado pelas despesas financeiras, com adesão ao parcelamento PAEX e operações de Swap vinculadas aos contratos firmados com o BID e Notes Units, bem como despesa não operacional com perdas na alienação de bens e direitos, ainda por conta do processo de desverticalização.

Administração e Aspectos Gerais

A CELPA tem mantido sua política de aprimoramento na prestação dos serviços e no aumento da satisfação dos clientes. Esses aspectos são prioritários para a estratégia de capacitação de seus Recursos Humanos.

O quadro de pessoal próprio foi reduzido em 5,3%, passando de 2.332 colaboradores em 2005 para 2.206 em 2006. A força total de trabalho da empresa, apresentou um crescimento de 4,2% em relação ao ano anterior, passando de 4.040 para 4.209 colaboradores.

O desempenho da empresa pode ser avaliado nos índices do quadro abaixo:

Índice	2006	2005
Consumidor por empregado	631	562
Consumo (MWh) por empregado	2.148	1.999
Consumo (MWh) por consumidor	3,4	3,6
Receita Bruta (R\$ mil) por empregado	770	657
Receita Bruta (R\$ mil) por consumidor	1,2	1,2

Investimentos

Em 2006, a CELPA realizou um investimento total (aquisições do imobilizado) no valor de R\$ 393,9 milhões, assim distribuídos:

- R\$ 85,8 milhões em diversos programas para ampliação e manutenção do sistema elétrico, dos quais destacamos os seguintes: implantação das subestações de Breu Branco, Gioanésia, Novo Repartimento, Itupiranga, Morada Nova e Nova Ipiixuna.
- R\$ 282,3 milhões para continuação dos Programas de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica e Luz Para Todos, cuja característica principal é possibilitar o acesso ao sistema de energia elétrica, a todos os cidadãos localizados nas áreas urbanas e rurais do Estado. O programa já beneficiou os 143 municípios que integram o sistema da CELPA, além da adição de 729 novas localidades em áreas rurais; e
- R\$ 25,8 milhões para o programa "MEDICÇÃO ÀS CLARAS", cuja característica principal é a redução do índice de perdas de energia elétrica. O projeto já atendeu aproximadamente 752.264 unidades consumidoras com suas medições em CPREDE.

Ambiente Regulatório

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 364 de 01 de agosto de 2006, fixou o Reajuste Tarifário Anual Médio em 7,66%, com vigência a partir de 10 de agosto de 2006.

Pela Resolução Normativa nº 229 de 08 de agosto de 2006, a ANEEL estabeleceu as condições gerais para a incorporação de redes particulares, conectadas aos sistemas elétricos de distribuição, ao Ativo Imobilizado em Serviços das concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica. Como evento subsequente, em 31 de janeiro de 2007, a empresa apresentou à ANEEL os Programas Anuais de Incorporações para os anos de 2007 e 2008, considerando as incorporações das instalações necessárias ao atendimento dos programas de universalização dos serviços de energia elétrica e de Luz para Todos.

Cabe acrescentar que a ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 234 de 31 de outubro de 2006, estabeleceu "os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para a realização do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, que ocorrerá no período de 2007 a 2010". Essa Resolução poderá ser acessada no site da ANEEL (www.aneel.gov.br).

Responsabilidade Social

A responsabilidade social na CELPA vai da ética nos negócios às ações desenvolvidas na comunidade, passando pelo tratamento dos empregados, relações com os acionistas, fornecedores e clientes. Nesse contexto, a concessionária cumpre seu objetivo de contribuir para o desenvolvimento da região.

Alguns exemplos de gestão social da CELPA estão destacados abaixo:
Seminários, Workshops, Palestras, Programas, Encontros e Eventos - A Celpa promoveu ao longo de 2006 diversos eventos visando a valorização da formação pessoal, familiar e profissional de seus colaboradores, com destaque para as ações de integração de equipe.

X Feira Panamazônica do Livro - A CELPA atuou como patrocinadora desse evento, que dentre outros benefícios, oportunizou a visitação de crianças de 14 escolas comunitárias assistidas pelo Projeto Criança Luz, mantido pela Empresa.

Projeto Criança Luz. Destinado à parceria com escolas de comunidades carentes previamente cadastradas. A CELPA atende atualmente 1.900 alunos de 13 escolas comunitárias e proporciona a essas crianças programas de lazer, cultura e preservação do meio ambiente, além da doação de uniformes escolares e refeições diárias.

Programa de Valorização do Aposentado - PVA. O PVA atende aposentados e dependentes por meio de atividades voltadas para o desenvolvimento integral, nas várias dimensões: social, mental, cultural e econômica. - Tais atividades promovem a continuidade de sua socialização, bem como contribuem para a auto-realização, para a aprendizagem contínua e para a descoberta e uso de seu potencial.

Projeto Menor Aprendiz - A Celpa é uma das participantes desse Projeto, cuja principal característica é direcionar menores carentes para sua primeira experiência profissional. Esses jovens recebem capacitação através de treinamento técnico-profissionalizante que os habilitam para o desenvolvimento das suas atividades no mercado trabalho.

Fundação Aquarela - A CELPA atua como uma das mantenedoras da Fundação Aquarela, uma Entidade Civil com finalidade cultural beneficente e sem fins lucrativos. A Fundação foi criada em 2001, por iniciativa dos acionistas da REDE e tem como missão, a melhoria da qualidade de formação do cidadão, por meio de projetos sociais tais como: Educação, Saúde, Esporte e Cultura.

O Projeto de maior relevância da Fundação Aquarela é a Escola Nuremberg Borja de Brito, localizada no bairro da Terra Firme, um dos mais pobres e populosos da periferia da cidade de Belém do Pará. Ali são oferecidas: aulas de informática em um moderno laboratório; quatro refeições diárias e balanceadas nutricionalmente; acompanhamento médico, odontológico e fonoaudiológico, e apoio psico-social às famílias dos alunos. Atualmente a Escola atende 340 crianças entre 4 e 10 anos e beneficia indiretamente cerca de 3.400 pessoas.

Projetos Ambientais

Durante o ano de 2006 a CELPA desenvolveu ações projetos e programas, buscando o aperfeiçoamento da gestão ambiental desenvolvida na empresa, atendendo a legislação vigente e ao desenvolvimento sustentável de suas atividades. Dentre estas ações destacam-se:

Recuperação do Rio Apeú sob o Enfoque da Educação Ambiental. Este projeto em parceria com a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM, promove a recuperação ambiental, social e econômica do rio Apeú e de seus principais tributários.

Revegetação do Parque do Ambiente de Belém. Este projeto tem como objetivo principal a recuperação ambiental, através da atividade de revegetação em 300 hectares da área onde se encontra o Parque Ambiental de Belém em parceria com a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

Desenvolvimento e Implementação de um Sistema de Gerenciamento do Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho. Este projeto objetiva desenvolver e implementar um Sistema de Gerenciamento do Meio Ambiente, Saúde e Segurança, compatível com os princípios básicos das normas ISO 14001, para os aspectos ambientais e sociais, e OHSAS 18001 de saúde e segurança, contendo os seguintes componentes: (a) Um Plano de Gerenciamento Ambiental e Social; (b) Um Plano de Gerenciamento de Saúde e segurança; e (c) Um Plano de Contingência.

Eventos Subseqüentes

A concessionária iniciou em 23 de agosto do exercício findo o processo da Segunda Revisão Tarifária Periódica, que resultará no reposicionamento das tarifas praticadas em nível compatível com equilíbrio econômico financeiro do seu contrato de concessão, com vigência a partir de 07 de agosto de 2007 e na fixação de sua nova estrutura tarifária.

A concessionária continuará com a execução do Programa "Luz Para Todos", cujo o principal objetivo é o fornecimento de energia elétrica aos domicílios rurais que ainda não tem acesso a esse serviço público. A meta da concessionária para 2007 é o atendimento de aproximadamente 62.856 novos consumidores.

Serviços Prestados Pelos Auditores Independentes

Os serviços executados pelos auditores externos, ao longo deste exercício social referem-se somente à auditoria das demonstrações financeiras da companhia.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos aos Senhores Acionistas, Consumidores, Governos Federal, Estadual e Municipais, Fornecedores e Prestadores de Serviços e, em especial aos nossos colaboradores pela dedicação em mais este ano de realizações.


Demonstrações dos Valores Adicionados - DVA

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2006	%	2005	%
1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			Reclassificado	
Receitas de vendas de energia elétrica, serviços e outras	1.698.501		1.532.591	
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	(19.217)		1.709	
Resultado não operacional	(11.422)		25.854	
Total	<u>1.667.862</u>		<u>1.560.154</u>	
2. (-) INSUMOS				
Energia elétrica comprada p/ revenda	(410.352)		(397.881)	
Serviços de terceiros	(179.607)		(158.094)	
Materiais	(18.057)		(16.453)	
Matéria-prima e insumo p/ prod. de energia elétrica	(156.985)		(127.346)	
Quota - CCC	(77.879)		(58.226)	
Outros custos operacionais	111.078		94.640	
Total	<u>(731.802)</u>		<u>(663.360)</u>	
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	<u>936.060</u>		<u>896.794</u>	
4. RETENÇÕES				
Quotas de reintegrações (Depreciação e amortização)	(92.691)		(80.016)	
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	<u>843.369</u>		<u>816.778</u>	
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	-		6.897	
Receitas financeiras	201.404		160.867	
Total	<u>201.404</u>		<u>167.764</u>	
7. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	<u>1.044.773</u>	<u>100,0</u>	<u>984.542</u>	<u>100,0</u>
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Do Trabalho:				
Remunerações	50.905	4,9	65.324	6,6
Encargos Sociais (exceto INSS)	4.468	0,4	5.679	0,6
Entidades de previdência privada	1.063	0,1	1.191	0,1
Indenização s/ o saldo do FGTS	2.453	0,2	4.543	0,5
Programa incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	1.041	0,1	-	-
Custo dos serviços prestados	35	-	133	-
Transferências p/ Ordens	(3.208)	(0,3)	(2.161)	(0,2)
	56.757	5,4	74.709	7,6
Do Governo:				
Imposto de renda e Contribuição Social	47.918	4,6	43.248	4,4
Pis/Cofins s/ Faturamento	181.563	17,4	159.501	16,2
INSS (sobre folha de pagamento)	12.927	1,2	16.610	1,7
ICMS	374.009	35,9	343.251	34,8
RGR (quota p/ reserva global de reversão)	14.880	1,4	13.189	1,3
Outros encargos	13.272	1,3	31.209	3,2
	644.569	61,8	607.008	61,6
Do Capital de Terceiros:				
Encargos de dívidas e variações monetárias	56.709	5,4	80.787	8,2
Aluguéis e arrendamentos	7.614	0,7	3.580	0,4
Outras despesas financeiras	199.765	19,1	120.086	12,2
	264.088	25,2	204.453	20,8
Do Capital Próprio:				
Dividendos	6.097	0,6	3.020	0,3
Juros sobre o capital próprio	15.000	1,4	15.000	1,5
Lucros Retidos	58.262	5,6	80.352	8,2
	79.359	7,6	98.372	10,0
TOTAL	<u>1.044.773</u>	<u>100,0</u>	<u>984.542</u>	<u>100,0</u>

Demonstração Complementar ao Relatório da Administração

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2006	2005
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		79.359	98.372
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa		19.217	(1.709)
Depreciação e amortização		92.573	80.112
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		101.431	45.000
Resultado de participações societárias		-	(6.897)
Baixa de imobilizado		29.485	66.499
Créditos tributários diferidos		22.272	20.062
Provisão para contingências		(2.845)	(147)
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação		(21.803)	(26.868)
Ativo regulatório		8.956	(12.341)
(Ganho) perda na alienação de bens do ativo permanente		9.896	(28.679)
Outras		25	114
		<u>338.566</u>	<u>233.518</u>
(Aumento) redução nas contas do ativo circulante e realizável a longo prazo			
Consumidores e revendedores		(50.828)	2.649
Rendas a receber		(954)	(138)
Créditos redução de receitas baixa renda		(3.884)	(986)
Aquisição de combustível por conta da CCC		24.369	(56.843)
Almoxarifado		(11.377)	7.212
Serviços em curso		(4.195)	1.821
Despesas pagas antecipadamente		44.575	30.717
Créditos compensáveis em recolhimentos futuros		(112.060)	(129.967)
Coligadas, controladas e controladoras		51.710	2.543
Depósitos judiciais		(4.666)	(1.607)
Devedores diversos		(7.599)	(32.497)
Desativações em curso, títulos e valores mobiliários e outros créditos		(2.711)	(60.783)
		<u>(77.620)</u>	<u>(237.879)</u>
Aumento (redução) nas contas do passivo circulante e não circulante			
Fornecedores		(85.015)	(28.662)
Folha de pagamento e provisões trabalhistas		(105)	(193)
Impostos, taxas e contribuições sociais		34.985	76.979
JCP e Dividendos		3.707	15.421
Obrigações estimadas		(237)	50.151
Entidade de previdência privada		(2.427)	(2.596)
Coligadas, controladas e controladoras		(29.859)	(6.740)
Contribuições do consumidor		135.791	40.957
Taxas regulamentares		3.495	15.383
Consumidores, outras obrigações e outros credores		(43.601)	15.367
Ajustes de exercícios anteriores (Prejuízos acumulados)		-	(9.045)
		<u>16.735</u>	<u>167.022</u>
Total das Atividades Operacionais		277.681	162.661
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação de bens do ativo permanente		732	151.667
Aplicações no imobilizado		(393.891)	(185.378)
Aplicações no diferido		(3.127)	(575)
Total das Atividades de Investimentos		(396.286)	(34.286)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Novos empréstimos e financiamentos	20	398.521	126.994
Pagamentos de empréstimos - principal	20	(157.553)	(134.447)
Pagamentos de empréstimos - encargos	20	(43.578)	(39.850)
Juros sobre o capital próprio e dividendos declarados		(21.097)	(18.021)
Total das Atividades de Financiamento		176.292	(65.324)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES		57.687	63.051
Caixa e equivalentes no início do exercício		136.015	72.964
Caixa e equivalentes no final do exercício		193.702	136.015
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES		57.687	63.051

Demonstração Complementar ao Relatório da Administração

Demonstrações do Balanço Social

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2006			2005		
	R\$	Reclassificado		R\$	Reclassificado	
1. Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	1.129.048			996.151		
Resultado Operacional (RO)	123.699			100.766		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	72.891			93.480		
		% sobre	% sobre		% sobre	% sobre
	R\$	FPB	RL	R\$	FPB	RL
2. Indicadores sociais internos						
Alimentação	8.327	11,4	0,7	7.844	8,4	0,8
Encargos sociais compulsórios	17.370	23,8	1,6	22.244	23,8	2,2
Previdência privada	2.437	3,4	0,2	2.513	2,7	0,3
Saúde	2.100	2,9	0,2	1.443	1,6	0,1
Segurança e medicina no trabalho	1.689	2,3	0,2	1.879	2,0	0,2
Educação	366	0,5	-	303	0,3	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	457	0,6	-	418	0,4	0,1
Auxílio creche	704	1,0	0,1	1.037	1,1	0,1
Participação dos empregados nos lucros ou resultados	917	1,3	0,1	-	-	-
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	1.041	1,4	0,1	-	-	-
Vale transporte - excedente	950	1,3	0,1	217	0,2	-
Outros benefícios	181	0,3	-	183	0,2	-
Total indicadores sociais internos	36.539	50,2	3,3	38.081	40,7	3,8
		% sobre	% sobre		% sobre	% sobre
	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
3. Indicadores sociais externos						
Educação - Fundação Aquarela	899	0,7	0,1	939	0,9	0,1
Cultura	196	0,2	0,0	235	0,3	-
Esporte e lazer	28	0,0	0,0	133	0,1	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	86	0,1	-
Doações / contribuições	1.551	1,3	0,1	1.405	1,4	0,2
Subtotal	2.674	2,2	0,2	2.798	2,8	0,3
Programas Sociais:						
Programa Social de Eletricidade Rural						
- Luz no Campo	70	0,1	-	535	0,5	0,1
Programa Nacional de Universalização						
- Luz para Todos	275.173	222,5	24,4	85.040	84,4	8,5
Programa Universalização	5.733	4,6	0,5	4.804	4,8	0,5
Outros	1.345	1,1	0,1	5.540	5,5	0,6
Subtotal	282.321	228,2	25,0	95.919	95,2	9,7
Total de contribuições para a sociedade	284.995	230,4	25,2	98.717	98,0	10,0
Tributos (excluídos encargos sociais)	618.642	500,1	54,8	558.233	554,0	56,0
Total Indicadores Sociais Externos	903.637	730,5	80,0	656.950	652,0	66,0
		% sobre	% sobre		% sobre	% sobre
	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
4. Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa						
Fundo Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico-FNDCT	3.184	2,6	0,3	5.794	5,8	0,6
Estudo de Pesquisa Energética - EPE (MME)	1.706	1,4	0,2	1.753	1,7	0,2
Programa de eficiência energética	5.906	4,8	0,5	2.922	2,9	0,3
Programa de pesquisa e desenvolvimento	5.352	4,3	0,5	4.734	4,7	0,5
Total de investimentos relacionados com a prod./operação da empresa	16.148	13,1	1,5	15.203	15,1	1,6

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () não possui metas () cumpre de 51 a 75%

() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%

5. Indicadores do corpo funcional

	2006	2005
	em unidades	em unidades
Nº. de empregados no final do período	2.206	2.332
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	601	615
2º. grau	1.586	1.641
1º. grau	19	76
Faixa etária dos empregados:		
Abaixo de 30 anos	604	718
De 30 até 45 anos (exclusiva)	1.192	1.209
Acima de 45 anos	410	405
Nº. de admissões durante o período	64	68
Nº. de empregados desligados no período	212	214
Nº. de mulheres que trabalham na empresa	615	619
% de cargos gerenciais ocupado por mulheres em relação ao nº. total de mulheres	2,30%	5,33%
% de cargos gerenciais ocupado por mulheres em relação ao nº. total de gerentes	7,33%	14,16%
Nº. de negros que trabalham na empresa	79	77
% de cargos gerenciais ocupado por negros em relação ao nº. total de negros	10,13%	12,99%
% de cargos gerenciais ocupado por negros em relação ao nº. total de gerentes	4,19%	4,29%
Nº. de empregados portadores de deficiência física	102	113
Nº. de dependentes	6.967	7.576
Nº. de estagiários	37	37
Nº. de empregados terceirizados / temporários	1.968	1.671

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

	2006	Metas 2007				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	24,44	ND				
Número total de acidentados de trabalho	ND	ND				
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências (X) todos(as) + Cipa () direção e gerências (X) todos(as) + Cipa () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências (X) todos(as) + Cipa () direção e gerências (X) todos(as) + Cipa () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências (X) todos(as) + Cipa () direção e gerências (X) todos(as) + Cipa () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências (X) todos(as) + Cipa () direção e gerências (X) todos(as) + Cipa () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências (X) todos(as) + Cipa () direção e gerências (X) todos(as) + Cipa () todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências (X) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências (X) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências (X) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências (X) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências (X) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva e segue as normas da OIT () não se envolve (X) seguirá as normas da OIT () não se envolve (X) seguirá as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva e segue as normas da OIT () não se envolve (X) seguirá as normas da OIT () não se envolve (X) seguirá as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva e segue as normas da OIT () não se envolve (X) seguirá as normas da OIT () não se envolve (X) seguirá as normas da OIT	() não se envolve (X) seguirá as normas da OIT () incentiva e seguirá as normas da OIT () não se envolve (X) seguirá as normas da OIT () não se envolve (X) seguirá as normas da OIT	() não se envolve (X	


Balanços Patrimoniais

Levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas	2006	2005	PASSIVO	Notas	2006	2005
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Numerário disponível.....		33.098	54.041	Fornecedores	18	123.229	231.604
Aplicações no mercado aberto.....	6	160.604	81.974	Folha de pagamento		1.505	1.610
Consumidores	7	313.165	292.804	Tributos, contribuições sociais e parcelamentos	19	106.797	168.798
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	8	(31.973)	(24.766)	Dividendos propostos	26	8.391	5.223
Tributos e contribuições sociais a compensar.....		75.486	50.322	Juros sobre o capital próprio	26	13.761	13.222
Estoque		26.716	15.340	Empréstimos, financiamentos e encargos	20	75.353	130.072
Serviços em curso.....		23.738	19.543	Taxa de iluminação pública		1.600	2.223
Aquisição de combustível por conta da CCC.....		12.335	66.627	Taxas regulatortares	21	51.295	27.598
Redução de receita - Baixa renda	9	11.296	7.412	Indenização Trabalhista - Plano Bresser	23	39.872	32.415
Despesas pagas antecipadamente.....	11	18.475	30.872	Obrigações estimadas		8.544	8.781
Outros	12	52.180	40.427	Benefícios pós emprego	35	2.752	2.139
Total do Ativo Circulante		695.120	634.596	Outros	24	38.301	27.391
				Total do Passivo Circulante		471.400	651.076
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Consumidores	7	41.371	21.837	Fornecedores	18	-	20.574
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	8	(16.790)	-	Tributos, contribuições sociais e parcelamentos	19	511.065	340.079
Empresas relacionadas.....	13	753.065	708.168	Empréstimos, financiamentos e encargos	20	519.034	227.100
Cauções e depósitos vinculados.....		17.964	19.655	Empresas relacionadas.....	13	39.059	63.341
Depósitos judiciais.....	22	18.324	13.658	Plano de aposentadoria e pensão	35	15.368	15.970
Créditos tributários diferidos.....	14	140.268	162.540	Provisão para passivos contingentes	22	12.383	64.645
Despesas pagas antecipadamente.....	11	11.732	30.441	Indenização Trabalhista - Plano Bresser	23	297.260	335.626
Outros	12	90.344	77.623	Benefícios pós emprego.....	35	8.851	10.872
Total do realizável a longo prazo		1.056.278	1.033.922	Encargos tributários s/reserva de reavaliação	14	266.914	288.716
				Outros	24	90.472	63.799
Ativo Permanente				Total do Passivo não Circulante		1.760.406	1.430.722
Investimentos	15	25.792	36.610	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado - líquido.....	16	1.720.526	1.587.009	Capital social	25	518.932	518.932
Intangível - líquido	17	17.861	15.137	Reservas de capital	25	37.981	37.981
Diferido - líquido		389	422	Reserva de reavaliação	16	532.248	574.570
Total do ativo permanente		1.764.568	1.639.178	Reservas de lucros	25	192.077	91.493
				Subtotal do patrimônio líquido		1.281.238	1.222.976
Total do Ativo não Circulante		2.820.846	2.673.100	Recursos destinados para o aumento de capital		2.922	2.922
				Total do Patrimônio Líquido e Recursos Destinados a Aumento de Capital		1.284.160	1.225.898
ATIVO TOTAL		3.515.966	3.307.696	PASSIVO TOTAL		3.515.966	3.307.696

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	2006	2005
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			Reclassificado
Fornecimento de energia elétrica.....	27	1.674.509	1.507.869
Suprimento de energia elétrica.....	27	8.845	4.746
Outras receitas	27	15.147	19.976
Total da receita operacional bruta		1.698.501	1.532.591
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
ICMS		(372.694)	(343.138)
PIS - Corrente.....		(28.040)	(27.639)
PIS - Diferido		365	(2.891)
COFINS - Corrente		(129.152)	(127.305)
COFINS - Diferido		(24.736)	(1.665)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR		(14.880)	(13.189)
Outros encargos		(316)	(20.613)
Total de deduções da receita operacional.....		(569.453)	(536.440)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		1.129.048	996.151
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia elétrica comprada para revenda.....	28 e 29	(348.183)	(323.119)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição.....		(62.169)	(74.763)
Total do custo do serviço de energia elétrica		(410.352)	(397.882)
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal e administradores		(37.602)	(45.197)
Material.....		(7.835)	(7.724)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica		(156.985)	(115.503)
Serviço de terceiro		(81.255)	(74.487)
Depreciação e amortização.....		(89.229)	(76.286)
Subvenção - CCC.....		165.608	128.641
Arrendamento e aluguéis		(863)	(1.373)
Outros.....		(23.044)	(13.016)
Total do custo de operação		(231.205)	(204.945)
Custo do serviço prestado a terceiros.....		(2.705)	(8.908)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		484.786	384.416
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas.....	30	(73.731)	(48.262)
Despesas gerais e administrativas.....	30	(109.872)	(96.801)
Outras despesas operacionais.....	30	(107.413)	(90.477)
Total de despesas operacionais		(291.016)	(235.540)
RESULTADO DO SERVIÇO		193.770	148.876
RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA.....		-	6.897
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras.....		23.841	5.753
Juros ativos		145.396	120.740
Acréscimos moratórios - energia vendida		16.696	15.420
Varição monetária		6.476	13.071
Outras receitas financeiras.....	31	8.995	5.883
Total das receitas financeiras		201.404	160.867
Despesas financeiras			
Encargos de dívidas.....		(47.357)	(49.487)
Varição monetária e acréscimos moratórios - energia comprada		(7.471)	(33.994)
Varição monetária		(7.984)	(24.594)
Juros sobre o capital próprio		(15.000)	(15.000)
Juros/Multas		(165.002)	(90.052)
Outras.....	31	(28.661)	(2.747)
Total das despesas financeiras.....		(271.475)	(215.874)
Resultado Financeiro		(70.071)	(55.007)
RESULTADO OPERACIONAL		123.699	100.766
Receita não operacional.....	33	478	29.801
Despesa não operacional.....	33	(11.900)	(3.947)
Resultado não operacional.....		(11.422)	25.854
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA, DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		112.277	126.620
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente.....	14	(47.449)	(50.054)
Diferido	14	(469)	6.806
Total do imposto de renda e contribuição social.....		(47.918)	(43.248)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA REVERSÃO DO JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		64.359	83.372
Reversão dos juros sobre o capital próprio		15.000	15.000
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		79.359	98.372
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		1,24	1,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2006	2005
ORIGENS DE RECURSOS			
Das operações:			
Lucro líquido do exercício		79.359	98.372
Receitas (despesas) que não afetam o capital circulante:			
Depreciação e amortização		92.573	80.112
Despesas (receitas) financeiras do realizável e exigível a longo prazo - líquidas		34.359	(29.879)
Baixa do ativo imobilizado		29.485	66.499
Créditos fiscais diferidos		22.272	20.062
Tributos sobre realização da reserva de reavaliação		(21.803)	(26.868)
Provisão para devedores duvidosos - longo prazo		12.010	-
Provisão para contingências - líquidas das reversões.....		(2.845)	(147)
Resultado de participações societárias		-	(6.897)
Ativo/Passivo regulatório.....		8.956	(12.341)
(Ganho) Perda na alienação de bens e direitos do ativo permanente		9.896	(28.679)
Outros		25	114
Total oriundo das operações.....		264.287	160.348
De terceiros:			
Transferência para o ativo circulante de valores a longo prazo		39.841	102.164
Impostos, contribuições sociais e parcelamentos.....		45.328	812
Redução (líquida) de mútuos ativos		51.710	2.543
Aumento do exigível a longo prazo		26.489	135.676
Empréstimos e financiamentos.....	20	374.732	62.744
Obrigações vinculadas a concessão		135.791	40.957
Alienação de bens e direitos do ativo permanente		732	151.667
Dividendos recebidos/revertidos.....		-	925
Total oriundo de terceiros.....		674.623	497.488
Total das origens		938.910	657.836
APLICAÇÕES DE RECURSOS			
No realizável a longo prazo, ativo permanente e exigível a longo prazo:			
Aumento do realizável a longo prazo		51.525	136.300
Aquisições do imobilizado.....		393.891	185.378
Aumento do diferido		3.127	575
Transferência do passivo não circulante para o passivo circulante		199.210	280.424
Redução (líquida) de mútuos passivos.....		29.860	6.739
Juros sobre o capital próprio e dividendos declarados		21.097	18.021
Ajustes de exercícios anteriores		-	9.045
Total das aplicações		698.710	636.482
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		240.200	21.354
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO			
Ativo circulante:			
No início do exercício.....		634.596	474.794
No final do exercício.....		695.120	634.596
		60.524	159.802
Passivo circulante:			
No início do exercício.....		651.076	512.628
No final do exercício.....		471.400	651.076
		(179.676)	138.448
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		240.200	21.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Capital social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	Recursos destinados para aumento de capital	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004.....		518.932	37.981	237.812	-	(31.968)	762.757	2.922	765.679
Ajustes de Exercícios Anteriores:									
Programa Eficiência Energética/Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-	-	(13.705)	(13.705)	-	(13.705)
Efeitos tributários		-	-	-	-	4.659	4.659	-	4.659
Reavaliação de bens do ativo imobilizado, conforme AGE de 29/7/2005		-	-	388.914	-	-	388.914	-	388.914
Realização da reserva de reavaliação		-	-	(52.156)	-	52.156	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	98.372	98.372	-	98.372
Destinação do lucro líquido proposta à AGO:									
Reserva legal		-	-	-	3.320	(3.320)	-	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(15.000)	(15.000)	-	(15.000)
Dividendos propostos		-	-	-	-	(3.021)	(3.021)	-	(3.021)
Reserva de investimento		-	-	-	88.173	(88.173)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005.....		518.932	37.981	574.570	91.493	-	1.222.976	2.922	1.225.898
Realização da reserva de reavaliação		-	-	(42.322)	-	42.322	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	79.359	79.359	-	79.359
Destinação do lucro líquido proposta à AGO:									
Reserva legal		-	-	-	3.968	(3.968)	-	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(15.000)	(15.000)	-	(15.000)
Dividendos propostos		-	-	-	-	(6.097)	(6.097)		



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando outro indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa (Companhia ou Celpa) é uma sociedade por ações de capital aberto, sob o controle acionário da empresa QMRA Participações S.A., que atua na área de distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.247.690 km² (*), atendendo 1.392.930 (*) consumidores em 143 (*) municípios; tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A partir de 1 de novembro de 2005, com a efetivação do processo de desverticalização, a Companhia passou a atuar com a atividade de distribuição de energia elétrica, além da geração própria através de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão.

(*) Informações não auditadas

2. DESVERTICALIZAÇÃO

Consoante o artigo 8º. da Lei nº. 10.848/04, de 15 de março de 2004, regulamentado pelo Decreto nº. 5.163, de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias do serviço de distribuição manter as atividades de geração no sistema elétrico interligado e de transmissão, além de outros como, participação em outras sociedades de forma direta ou indireta, estabelecendo assim, a reestruturação do setor elétrico brasileiro. Desta forma, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 4 de maio de 2005, aprovou a proposta de segregação de atividades de geração e distribuição de energia elétrica.

Em relação à segregação da atividade de geração da Companhia, o Conselho da Administração em 15 de junho de 2005 e a ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 345, de 18 de outubro de 2005, aprovou a alienação dos ativos e transferência da concessão da UHE Curuá - Una, incluindo as instalações de transmissão associadas para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte.

Nos termos da Resolução Autorizativa nº. 309, de 5 de setembro de 2005, a ANEEL anuiu com a versão do patrimônio, transferência das concessões e a alienação da participação societária da Companhia, mantida na Rede Lajeado Energia S/A, para a empresa Rede Power do Brasil S.A., para fins de segregação de atividades e reestruturação societária da Companhia.

O laudo de avaliação econômica da participação societária elaborado pela Moore Stephens Lima Lucchesi Auditores Independentes, bem como a alienação da mesma foi aprovado conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração do dia 01 de dezembro de 2005 e a alienação efetivada por Instrumento Particular de Compra e Venda de Ativos de Ações firmado em 23 de dezembro de 2005 com a empresa Rede Power do Brasil S.A., com anuência da ANEEL através do Despacho nº. 2.147 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 20 de dezembro de 2005.

Serão mantidas na Companhia as usinas integrantes do sistema térmico isolado, conforme faculta o artigo 8º. da Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004 e, parágrafo único do artigo 7º da referida Resolução Autorizativa.

3. DAS CONCESSÕES

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº. 182/98, assinado em 28/7/1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração nº. 181/98 de 17 Usinas Termelétricas para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período, e têm as seguintes características:

Capacidade instalada MW (*)	Capacidade utilizada MW (*)	Data da concessão	Data de vencimento
25,62	16,45	28/07/98	28/07/28

UTE

Concessão de 17 Usinas Termelétricas, sendo as mais representativas com capacidade instalada acima de 1 MW: Santana do Araguaia, Novo Progresso e Castelo dos Sonhos.....

A geração própria de energia elétrica da Companhia representa aproximadamente 6,31%, (*) da energia distribuída, sendo a parcela remanescente fornecida substancialmente pela Eletronorte, bem como energia proveniente de leilões de energia efetuados pelo MME.

Para a prestação dos serviços, objeto das concessões acima mencionadas, a Companhia possui, um quadro próprio de 2.206 (*) funcionários e 2.005 (*) prestadores de serviços em 31 de dezembro de 2006 (2.332 (*) funcionários e 1.708 (*) prestadores de serviços em 2005).

(*) Informações não auditadas.

4. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas (Leis nº. s. 6.404/76, 9.457/97 e 10.303/01), pela Deliberação CVM nº. 488 e 489 de 03 de outubro de 2005 e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pelo Poder Concedente, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2005, foram reclassificados, quando aplicável, para fins de comparabilidade, conforme segue:

	Publicado	Reclassificado
Demonstração do Resultado		
Receita operacional Bruta.....	1.661.232	1.532.591
Subvenção - CCC.....	128.641	-
Receita Operacional Líquida.....	1.124.792	996.151
Custo de Operação.....	(333.586)	(204.945)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica.....	(127.346)	(115.503)
Subvenção - CCC.....	-	128.641
Outros.....	(1.173)	(13.016)

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular nº. 2.396/2006 - SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2006, consoante as principais práticas contábeis a seguir descritas.

5. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários: São registrados ao valor de custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Consumidores: Incluem o fornecimento e suprimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE e saldos relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas, registrados de acordo com o regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Constituída por montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Estoque (Inclusive do Ativo Imobilizado): Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento classificados no Ativo não Circulante - Imobilizado (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.

Investimentos: O saldo remanescente refere-se a bens destinados a uso futuro, como terrenos, edificações, obras civis, máquinas e equipamentos não incluídos no processo de desverticalização da Companhia.

Imobilizado: Está registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e reavaliado em agosto de 2001, com revisão em maio de 2005, exceto para os grupos de automóveis, caminhões e móveis e utensílios. A depreciação dos bens reavaliados é calculada pelo método linear, às taxas médias anuais que variam entre 2,99% e 4,16% para geração, entre 3,22% e 5,77% para distribuição, entre 5,06% e 5,87% para administração, e entre 2,69% e 6,00% para comercialização. Para os bens não reavaliados e aqueles adquiridos após 31 de maio de 2005, a depreciação é calculada pelo método linear às taxas anuais de acordo com a Resolução ANEEL nº. 44 de 17 de março de 1999.

Reserva de reavaliação: É realizada em proporção à depreciação e alienação dos ativos imobilizados reavaliados, sendo transferida para a conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social.

Custos indiretos de obras em andamento: Parte dos gastos da administração central é apropriada às imobilizações em curso. Essa apropriação é feita mensalmente com base nos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, apropriados às obras em curso.

Empréstimos e financiamentos: Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Esses ajustes são apropriados ao resultado do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo imobilizado em curso.

Provisão para passivos contingentes: As provisões para contingências são constituídas mediante avaliações dos riscos em processos cuja probabilidade de perda é provável e quantificadas com base em fundamentos econômicos, na avaliação da administração e dos assessores legais em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e outros fatos contingenciais conhecidos nas datas dos balanços.

Contratos de arrendamento mercantil: As operações decorrentes de contratos de arrendamento mercantil, com características de leasing financeiro, não são registradas como se fosse uma compra financiada. O valor das contraprestações, excluindo o montante da antecipação do valor residual, se houver, é apropriado ao resultado do exercício, em despesas de arrendamento, em função da fluência do prazo contratual. O valor residual antecipado, se houver, é registrado no ativo imobilizado à medida que forem efetuados os pagamentos.

Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos, de acordo com as respectivas alíquotas vigentes na data do balanço. Os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE - Câmara de

Comercialização de Energia Elétrica: As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados, na data do balanço, por atuários independentes. A partir de 31 de dezembro de 2001, esses valores são apurados e registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 371/00.

Outros direitos e obrigações: Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos a variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das demonstrações contábeis.

Derivativos: A Companhia firma contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Referidos contratos derivativos são contabilizados pelo regime de competência. Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia são com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza. A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos.

Estimativas: A preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Sociedade se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

Informações sobre quantidade de ações e resultado por ação: Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, informações sobre quantidade de ações e resultado por ações consideram a quantidade histórica de ações efetivamente em circulação na data do balanço. O lucro por ação corresponde à razão entre o lucro líquido da Companhia no exercício e a quantidade de ações em circulação no final deste exercício.

6. APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Instituição financeira	Tipo de aplicação	2006	2005
Banco BMB.....	CDB	22.027	-
Banco Basa.....	CDB	5.288	-
Banco do Brasil.....	CDI Corporate	331	6.953
Banco Safra.....	FIF 60	23.980	30.499
Banco do Brasil.....	CDB	-	40
Banco do Brasil.....	Poupança	39	29
Banco J. Safra.....	CDB	1.142	1.014
Banco Industrial.....	CDB	5.624	5.004
Banco Daycoval.....	CDB	11.520	17.879
Bic Banco.....	CDB	22.301	20.556
Banco Santander.....	CDB	68.622	-
Total		160.604	81.974

Aplicações financeiras que podem ser resgatadas a qualquer momento pela Companhia.

7. CONSUMIDORES

Composição	2006	2005
Consumidores:		
Faturados.....	234.077	204.068
Não faturados.....	71.085	54.604
Total	305.162	258.672

Classe de consumidores	Saldos vincendos	Saldos vencidos			Total	
		até 90 dias	mais de 90 dias	Total	2006	2005
CIRCULANTE						
Residencial.....	63.404	36.782	32.571	69.353	132.757	106.430
Industrial.....	29.382	10.257	18.651	28.908	58.290	48.073
Comércio, Serviços e Outras Atividades.....	35.241	15.182	13.592	28.774	64.015	55.686
Rural.....	2.444	1.352	725	2.077	4.521	3.093
Poder Público:						
Federal.....	2.516	1.081	1.107	2.188	4.704	1.495
Estadual.....	6.565	4.318	1.639	5.957	12.522	3.481
Municipal.....	9.295	4.262	968	5.230	14.525	20.939
Iluminação Pública.....	4.858	811	880	1.691	6.549	5.584
Serviço Público.....	3.921	1.660	1.675	3.335	7.256	5.793
Recomposição de Receita (*).....	-	-	-	-	-	8.098
Redução de Tarifa - Irrigação e Aquicultura (b).....	23	-	-	-	23	-
Subtotal - Consumidores	157.649	75.705	71.808	147.513	305.162	258.672
Participação financeira do consumidor.....	417	155	437	592	1.009	717
Comercialização na CCEE (a).....	2.401	-	-	-	2.401	1.030
Programa emergencial de redução do consumo	-	-	107	107	107	106
Encargos de capacidade emergencial	-	-	950	950	950	2.348
Energia livre (*).....	-	-	-	-	-	26.062
Concessionárias e permissionárias.....	30	-	-	-	30	30
Encargos de Uso da Rede Elétrica.....	284	-	-	-	284	-
Outros.....	41	1.871	1.310	3.181	3.222	3.839
Total	160.822	77.731	74.612	152.343	313.165	292.804
NÃO CIRCULANTE						
Consumidores.....	14.201	-	6.869	6.869	21.070	17.902
Recomposição de receita (*).....	16.790	-	-	-	16.790	-
Participação financeira do consumidor.....	1.275	-	-	-	1.275	1.747
Comercialização na CCEE (a).....	2.153	-	-	-	2.153	2.153
Energia livre (*).....	16.709	-	-	-	16.709	-
Provisão para devedores duvidosos.....	(16.709)	-	-	-	(16.709)	-
Outros.....	83	-	-	-	83	35
Total	34.502	-	6.869	6.869	41.371	21.837

(*) Vide nota explicativa nº. 34.

(a) Comercialização na CCEE

O saldo da conta de consumidores inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no circulante e não circulante, no montante de R\$ 4.554 em 2006, com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE até o mês de dezembro de 2006. De acordo com a Resolução ANEEL nº 552, de 14 de outubro de 2002, os valores das transações de energia de curto prazo não liquidados nas datas programadas deverão ser negociados bilateralmente entre os agentes de mercado. As operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, após os ajustes divulgados pela CCEE, tiveram seu processo de liquidação concluído em julho de 2003, as demais operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no exercício de 2006, estão sendo liquidadas mensalmente.

Os valores da energia no curto prazo e da energia livre estão sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor.

(b) Subsídio a Irrigantes:

A Resolução Normativa nº. 540, de 1 de outubro de 2002, implementou a Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, que estendeu os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica de irrigantes ao consumo verificado no horário compreendido entre 21h30 e 6h do dia seguinte. Esse dispositivo legal ampliou o horário, estabelecido na Portaria DNAEE 105, de 3 de abril de 1992, das 23h às 5hs do dia seguinte, em que eram concedidos descontos especiais para consumidores do Grupo A (alta tensão) e para o Grupo B (baixa tensão). A Resolução Normativa nº. 207, de 9 de janeiro de 2006, que "estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e na aquicultura", dispôs no artigo 6º. que "o valor financeiro resultante dos descontos estabelecido nesta Resolução, configura direito da concessionária a ser compensado no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração".

8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	2006	2005
Circulante		
Residencial.....	24.156	17.199
Industrial.....	1.376	2.362
Comércio, serviços e outras atividades.....	5.195	4.285
Rural.....	217	106
Outras receitas.....	1.029	814
Total Circulante	31.973	24.766

	2006	2005
Não Circulante		
Provisão P/Perda RTE - Energia Livre.....	16.790	-
Total não Circulante.....	16.790	-
Total Circulante e não Circulante	48.763	24.766

a. movimentação:

	2006	2005
Saldo no início do exercício.....	24.766	26.475
Perdas no exercício.....	(725)	(354)
Recuperação de perdas.....	1.792	2.583
Complemento de provisão.....	22.930	(3.938)
Saldo no final do exercício	48.763	24.766

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os critérios a seguir elencados:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias.
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias.
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.
- Após análise criteriosa, efetuada pela administração da companhia, foram excluídas contas vencidas que estão em processo de negociação.

A Companhia possui um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia para os diversos seguimentos de clientes.

O aumento da provisão para crédito de liquidação duvidosa, ocorrido no exercício de 2006, corresponde ao aumento de créditos em atraso com as classes consumidoras, e a provisão de perdas da Perda de Receita (RTE) e Energia Livre constituída em dezembro/06, devido o prazo de recuperação estimado pela ANEEL, ser insuficiente.

Os créditos em atraso com prefeituras municipais, órgãos públicos integrados as administrações públicas municipais, serviços públicos, órgãos estaduais e federais, cujos saldos são reclassificados para o realizável a longo prazo.

Os administradores, com base naqueles estudos e na posição dos seus consultores jurídicos, entendem que os procedimentos de cobranças atualmente praticados, os parcelamentos, as diligências de cobranças e os acordos realizados com os diversos órgãos governamentais e de serviços públicos somados aos procedimentos judiciais, que compreendem entre outros a constituição de precatórios judiciais como garantia dos créditos e a aplicação dos termos previstos na legislação de responsabilidade fiscal vigente, minimizam potencialmente os riscos de incertezas dos recebimentos dos créditos.

9. REDUÇÃO DE RECEITA - BAIXA RENDA

Subvenção à Baixa Renda - Tarifa Social: O Governo Federal, através da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou uma redução na receita operacional da Companhia que foi compensado através do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, em que foram definidas as fontes para concessão e subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 80 kWh ou com consumo entre 80 e 220 kWh, neste último caso desde que atendam alguns critérios conforme estabelecido no artigo 5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

A Companhia registrou no exercício o montante de R\$ 44.375 (R\$ 116.635 até 2005) decorrentes da Redução de Receita, e recebeu como subvenção o montante de R\$ 40.561 (R\$ 104.556 até 2005). No exercício de 2005, foram efetuadas revisões dos critérios de cálculo da redução da receita, conforme a Resolução ANEEL 089/2004 o que resultou em aumento do saldo contábil da conta "Redução de receita - baixa renda" no valor de R\$ 71 (R\$ 4.668 em 2005).

10. ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS

Corresponde ao valor a receber da Rede Power do Brasil S.A., de acordo com o Instrumento Particular de Venda e Compra de Ações da participação societária na Rede Lajeado Energia S.A., pelo valor de R\$ 90.545 mil a serem pagos em sessenta parcelas iguais, mensais e sucessivas, acrescido de 100% do CDI mais 2% ao ano, sendo concedida à compradora uma carência inicial de três anos para o início do pagamento. (vide Notas Explicativas nº.s 2 e 13).



12. OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não Circulante	
	2006	2005	2006	2005
Desativações em curso	4.823	15.659	-	-
Alienações de bens e direitos	1.102	3.657	-	-
IOF a recuperar	14.209	5.164	-	-
Rendas a receber	2.520	1.565	-	-
Títulos a receber	8.788	1.340	-	-
Adiantamento Fornecedores ..	3.705	4.714	-	-
Créditos adquiridos de terceiros (a)	-	-	40.011	44.416
Títulos e valores mobiliários ..	-	-	1.226	1.226
Tributos e contribuições sociais a compensar	-	-	48.130	30.763
Recolhimento a maior - Finsocial	8.473	-	-	-
Outros créditos a receber	8.560	8.328	977	1.218
Total	52.180	40.427	90.344	77.623

a. Refere-se ao valor de créditos de terceiros adquiridos nos exercícios de 2003 e 2004, com a finalidade de compensação com tributos e contribuições federais. Trata-se de créditos com origem em ação indenizatória com julgamento favorável e transitado em julgado, ora em fase de liquidação judicial, que condenou a União Federal ao pagamento de danos causados aos antigos detentores desses créditos, bem como de "Cautelas de Obrigações" emitidas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. Com a adesão da Companhia ao Parcelamento Excepcional (PAEX), nos termos da Medida Provisória nº. 303/2006, em 15 setembro de 2006, a Companhia desistiu da compensação tributária de referidos créditos e pretende obter judicialmente sua satisfação.

O deságio verificado à época das aquisições desses créditos pela Companhia totalizou a importância de R\$102.994, que deverá ser refletido ao resultado no momento em que houver a satisfação dos créditos, como resultado dos procedimentos judiciais.

13. TRANSAÇÕES E SALDOS COM EMPRESAS RELACIONADAS

	2006	2005
Transações:		
Receitas financeiras	106.310	101.658
Despesas financeiras	5.657	9.446
Saldos Ativos		
Não circulante		
Conta corrente 31/12/06 (b):		
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	-	37.130
Rede Empresas de Energia Elétrica S.A.	212.561	188.667
QMRA Participações S.A.	449.893	405.961
	662.454	631.758
Adiantamento	66	2
	662.520	631.760
Alienações de bens e direitos (c):		
Rede Power do Brasil S.A	90.545	76.408
	753.065	708.168
Saldos Passivos		
Circulante		
Juros sobre o capital próprio		
Rede Empresas de Energia Elétrica S.A.	1.260	1.253
QMRA Participações S.A	6.177	6.040
	7.437	7.293
Dividendos:		
Rede Empresas de Energia Elétrica S.A.	603	296
QMRA Participações S.A	2.954	1.431
	3.557	1.727
Não Circulante		
Contrato de mútuo (a):		
Rede Empresas de Energia Elétrica S.A.	39.059	-
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	-	44.312
Conta corrente após 01/09/04 (b)		
Denerge Desenvolvimento Energético S.A	-	19.029
	39.059	63.341

a. Contrato de mútuo

Refere-se a contratos firmados entre a Rede Empresas, Celpa, Celtins, Omra e a Controladora Indireta - Denerge, em condições de comutatividade, em função de assunção de dívidas perante o BNDES nas seguintes condições:

- Prazo: até 62 meses.
- Vencimento 1ª parcela: 15/11/2005.
- Remuneração: TJLP mais 5% a.a.

Essa repactuação foi aprovada pela ANEEL por meio dos Ofícios nº 2230, 2231 e 2232/2003-SFF/ANEEL, de 26/12/2003.

Em Março/2006, através de instrumento particular de cessão de créditos e assunção de dívidas entre a Rede Empresas e a Denerge, a Rede Empresas assumiu os créditos do contrato de mútuo com a Celpa, QMRA e Celtins.

Em Dezembro/2006 estes contratos foram repactuados adotando-se as mesmas condições desta renegociação dos contratos junto ao BNDES.

Forma de Pagamento: 6,3% em 40 parcelas trimestrais, com vencimento da 1ª parcela para 15/12/2006.

93,7% em 05 parcelas trimestrais, com vencimento da 1ª parcela para 15/12/2007. Remuneração TJLP mais 2 % a.a.

b. Conta corrente - 31/12/2006

Refere-se a consolidação e repactuação dos saldos dos contratos denominados "Conta Corrente até 31/8/2004" que seriam pagos em 120 meses com carência de 18 meses e remunerados a taxa de 100% CDI e do contrato denominado "Conta Corrente após 01/09/04" que permitia a movimentação financeira entre empresas do grupo com remuneração de CDI mais 2% de juros a.a., com prazo de vencimento de 24 meses, repactuados nas seguintes condições:

- Carência de 24 meses
- Prazo 86 meses
- Remuneração 100% CDI mais 2% Juros a.a.

Esta repactuação foi aprovada pela ANEEL por meio do despacho nº. 183 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 29/01/2007.

c. Alienação de bens e direitos

Corresponde ao valor a receber da Rede Power do Brasil S.A. relativo a alienação das participações societárias na companhia, Rede Lajeado Energia S.A., de acordo com o Instrumento Particular de Venda e Compra de Ações. Esta alienação tem a anuência da ANEEL, dada através do Despacho nº. 2.147 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 20 de dezembro de 2005.

Contratos Relacionados ao Setor Elétrico

No curso normal de nossos negócios, nossas empresas compram e vendem energia entre si nos termos de CCVE - Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica e CCEAR - Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado. Algumas de nossas geradoras também celebraram CCD - Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição e CUSD Contratos de Uso do Sistema de Distribuição para conexão e uso do sistema de distribuição de nossas distribuidoras.

Compartilhamento de Infra-Estrutura

Atualmente as empresas do Grupo Rede compartilham as seguintes atividades, equipamentos e instalações:

Compartilhamento de aeronave: foi firmado, em 24 de março de 1999, entre as empresas Caiuá Distribuidora, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, Celtins, Cemat e Celpa, Instrumento Particular de Contrato de Uso Compartilhado de Aeronaves e Outras Avenças, conforme Ofício nº 1.995/2003-SFF/ANEEL de 25 de Novembro de 2003. Todas as despesas incorridas na manutenção e operação são apurados na coligada Caiuá Distribuidora, detentora da aeronave e repassados às demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato.

Compartilhamento de Escritório comercial em Brasília: Foi firmado contrato em 22 de julho de 2004, entre as empresas Caiuá Distribuidora, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, Celtins, Cemat e Celpa, aprovado conforme Ofício nº 1.781-SFF/ANEEL de 07 de Agosto de 2006, publicado no DOU em 08 de Agosto de 2006.

Os custos referentes ao escritório são suportados pela coligada EDEVP e repassados para as demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato.

Acordo de cooperação para gestão de pessoal para utilização recíproca dos recursos humanos nas atividades comuns de gerência e direção firmado em 31.08.2006, entre as empresas, Caiuá Distribuidora, EDEVP, EEB, CNEE, CELPA, CEMAT, CELTINS, CFLO e Rede Comercializadora, aprovado conforme Ofício nº 2.207 SFF/ANEEL de 26 de Setembro de 2006 e publicado no DOU de 27 de Setembro de 2006.

14. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos diferidos relativos às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados em contas patrimoniais.

Demonstramos a seguir a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
			2006	2005
Composição da receita/despesa com impostos:				
Impostos correntes	(33.681)	(13.768)	(47.449)	(50.054)
Impostos diferidos - variação líquida	(1.812)	1.343	(469)	6.806
Total	(35.493)	(12.425)	(47.918)	(43.248)
Conciliação da receita/despesa com impostos:				
Lucro antes dos impostos	112.277	112.277		
Adições (exclusões) permanentes:				
Ativo regulatório - Pis/Cofins	24.370	24.370		
Outras	5.325	1.420		
Base de cálculo da receita com impostos	141.972	138.067		
Alíquotas	25%	9%		

	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
			2006	2005
Receita (despesa) líquida com impostos	(35.493)	(12.425)	(47.918)	(43.248)
Base de cálculo dos créditos tributários diferidos:				
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	12.383	12.383		
Provisão para devedores duvidosos ..	43.983	43.983		
Ajuste do plano de aposentadoria	15.368	15.368		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	316.804	407.615		
Receita estimada - Irrigação e Aquicultura	(23)	(23)		
Base de cálculo dos impostos diferidos	388.515	479.326		
Alíquotas	25%	9%		
Créditos fiscais diferidos - realizável a longo prazo (a)	97.129	43.139	140.268	162.540

Encargos tributários s/ a reserva de reavaliação:

Reserva de reavaliação	1.345.140	1.345.140		
(-) Terrenos	(18.070)	(18.070)		
(-) Reversão da reavaliação anterior ..	(311.244)	(311.244)		
(-) Depreciação/baixas	(230.785)	(230.785)		
Base de cálculo	785.041	785.041		
Alíquotas	25%	9%		

Encargos tributários s/ a reserva de reavaliação (b)

Créditos (encargos) tributários líquidos (a-b)	-	-	126.646	126.176
---	----------	----------	----------------	----------------

Para fins do "impairment test" anual dos créditos tributários diferidos, a Companhia contratou empresa especializada, Moore Stephens Lima Lucchessi Auditores Independentes. Essa empresa elaborou estudos dos lucros tributáveis futuros da Companhia, o qual serviu de base para os "impairment test" realizado no exercício de 2006. Conforme requerido pela Deliberação CVM nº. 273/98 e Instrução CVM nº. 371/02, os estudos preparados por área especializada da referida empresa foram submetidos à apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia e devidamente aprovados. Com base no estudo realizado para o exercício de 2006 a estimativa de realização dos créditos tributários está detalhada a seguir:

2007	26.321
2008	28.176
2009	30.873
2010	33.584
2011	15.363
2012	5.951
Total	140.268

15. INVESTIMENTOS

Os investimentos estão apresentados conforme descrito a seguir:

	2006	2005
Participações societárias permanentes:		
Centrais Elétricas do Norte S.A. - ELETRONORTE	-	10.628
Outros investimentos (a)	25.792	25.982
Total	25.792	36.610

a. O saldo remanescente refere-se a bens destinados a uso futuro, como terrenos, edificações, obras civis, máquinas e equipamentos não incluídos no processo de desverticalização da Companhia.

16. IMOBILIZADO

	2006	2005
Em serviço	1.571.893	1.551.442
Em curso	477.732	228.876
Subtotal	2.049.625	1.780.318
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	(329.099)	(193.309)
Total	1.720.526	1.587.009

Imobilizado em serviço:	Taxas anuais médias de depreciação (*)		Custo	Depreciação acumulada	2006	2005
	%	%				
Geração:						
Custo	4,16%	21,153	(6.139)	15.014	14.137	
Reavaliação	2,99%	7,247	(455)	6.792	7.506	
Distribuição:						
Custo	3,22%	1.234.050	(494.087)	739.963	661.871	
Reavaliação	5,77%	845.256	(82.230)	763.026	815.375	
Comercialização:						
Custo	6,00%	5.939	(3.814)	2.125	2.418	
Reavaliação	2,69%	13.722	(742)	12.980	13.349	
Administração:						
Custo	5,06%	34.624	(17.982)	16.642	15.366	
Reavaliação	5,87%	17.412	(2.061)	15.351	21.420	
Subtotal	2.179.403	(607.510)	1.571.893	1.551.442		
Imobilizado em Curso						
Geração	8.017	8.017	10.519			
Distribuição	465.209	465.209	214.446			
Comercialização	532	532	48			
Administração	3.974	3.974	3.863			
Subtotal	477.732	477.732	228.876			
Total	2.657.135	(607.510)	2.049.625	1.780.318		

(*)Essa taxa média é calculada considerando a despesa de depreciação do exercício dividida pelo saldo médio anual do imobilizado.

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 44/99, são as seguintes:

Geração	Taxas anuais de depreciação (%)	Comercialização	Taxas anuais de depreciação (%)
Equipamento geral	10,0	Equipamento geral	10,0
Reservatórios, barragens e adutoras ..	2,0	Edificações	4,0
Turbina hidráulica	2,5		
Distribuição		Administração central	
Banco de capacitores	6,7	Veículos	20,0
Chave de distribuição	6,7	Equipamento geral	10,0
Condutor do sistema	5,0		
Estrutura do sistema	5,0		
Regulador de tensão	4,8		
Transformador de distribuição	5,0		

Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº. 20/99 regulamentada a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador, e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, e estão sendo apresentadas como dedução do Ativo Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras.

A Resolução Normativa ANEEL nº. 234, de 31 de outubro de 2006, estabelece os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica, que na Companhia ocorrerá em agosto de 2007 e altera o tratamento das obrigações especiais, que passarão a ser amortizadas pela taxa média de depreciação dos ativos.

A partir de 1º de janeiro de 1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação, tendo a seguinte composição em 31 de dezembro de 2006:

	2006	2005
Participação da União	7.931	7.931
Participação do Estado	3.097	57
Participação dos Municípios	73.809	73.464
Participação do consumidor	23.695	19.982
Doações e subvenções destinadas a investimento do serviço concedido	219.985	91.293
Outros	582	582
Total	329.099	193.309

Encargos financeiros e efeitos inflacionários

Em virtude do disposto na Resolução ANEEL nº. 001, de 24/12/97 e Deliberação CVM nº. 193, de 11/7/96, os juros e demais encargos financeiros e as receitas auferidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2006, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, para aplicação no imobilizado em curso, estão registrados como custo desse ativo, como segue:

	Geração	Distri- buição	Comercia- lização	Atividade não vinc.	Total	
					2006	2005
Encargos financeiros ..	(649)	(30.508)	(25.859)	(5.657)	(62.673)	(50.524)
(-) Transferência para o imobilizado em curso	5	15.311	-	-	15.316	1.037
Líquido	(644)	(15.197)	(25.859)	(5.657)	(47.357)	(49.487)

	Geração	Distri- buição	Comercia- lização	Atividade não vinc.	Total	
					2006	2005
Renda de aplicação financeira						



18. FORNECEDORES

	2006	2005
Circulante		
Suprimento de energia elétrica:		
Eletronorte	2.448	13.518
Cia Energética de São Paulo - CESP	5.464	2.539
Cia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	9.557	6.947
Copel Geração S.A.	4.004	2.880
Light Energia e Serviços de Eletricidade.....	1.372	1.005
Energest S.A.	337	253
Duke Energy Intern. Ger. Paranap. S.A.	847	653
CEEE - Cia Estadual de Energia Elétrica	1.363	764
Furnas Centrais Elétricas S.A.	16.417	9.511
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.	367	264
Cia Energética de Minas Gerais - CEMIG	2.160	-
Rede Com. De Energia S.A.	505	-
Subtotal	44.841	38.334
Compra de energia elétrica:		
Energia livre - CCEE (b)	6.616	38.053
Energia no curto prazo - CCEE	-	667
Parcelamento:		
Eletronorte (a)	27.068	46.459
Aquisição de combustível:		
Petrobrás	12.336	69.144
Subtotal	46.200	154.323
Encargos de uso da rede elétrica.....	6.235	7.261
Materiais e serviços.....	26.133	31.686
Total Circulante	123.229	231.604
Não Circulante		
Suprimento de energia elétrica		
Eletronorte (a)	-	19.831
Energia livre - CCEE (b)	21.488	743
(-) Provisão para perdas.....	(21.488)	-
Total Não Circulante	-	20.574

(a) Refere-se a débitos de faturas de suprimento de energia elétrica negociadas em 24 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 30/7/2005 e a última em 30/6/2007, corrigidas monetariamente pelo IGP-M acrescidas de juros de 12% a.a.
(b) Vide nota explicativa nº 34.

19. TRIBUTOS, CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E PARCELAMENTOS

	Circulante		Não Circulante	
	2006	2005	2006	2005
ICMS.....	28.768	30.552	-	-
Previdência social.....	2.695	2.314	-	-
FGTS	700	664	169	165
PIS (b)	1.496	13.848	-	25.043
Cofins (b)	6.891	52.441	-	89.623
Imposto de renda				
retido na fonte	2.337	2.313	-	-
Contribuição social (b)	219	9.046	-	22.727
ISS	1.769	442	-	-
IOF (d)	112	1.641	-	860
Imposto de renda pessoa				
jurídica (b)	-	27.429	-	61.074
CPMF (b)	-	4.891	-	6.605
Outros	852	687	-	-
Subtotal	45.839	146.268	169	206.097
Parcelamento de impostos e contribuições:				
ICMS (c)	4.554	3.979	12.903	15.253
PAES (a)	-	18.551	-	118.729
PAEX (e)	56.404	-	497.993	-
Subtotal	60.958	22.530	510.896	133.982
Total	106.797	168.798	511.065	340.079

(a) Refere-se a consolidação de débitos tributários com vencimentos até 28/02/2003, no Parcelamento Especial - PAES, sobre os quais incidem juros mensais equivalentes a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Em 11 de setembro de 2006, a Companhia formalizou sua exclusão no Parcelamento Especial - PAES, para refinanciamento da dívida fiscal nos moldes do art. 1º, da MP 303, de 29 de junho de 2006.
(b) Os valores no Não Circulante referem-se a impostos e contribuições compensados nos exercícios de 2003 e 2004. Os consultores jurídicos da Companhia, formalizaram a desistência dos processos administrativos e judiciais vinculados às compensações para consolidação dos respectivos débitos nos parcelamentos de que tratam os art. 1º, e 8º, da MP 303/2006.
(c) Parcelamento concedido pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará a ser amortizado em 60 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 28/11/2005 e a última parcela vencendo em 28/10/2010, sendo corrigidas pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic mais 1%.
(d) Valores transferidos do não circulante, em função da Vedação aos parcelamentos de que tratam os art. 1º, e 8º, da MP 303/2006, ficando o contribuinte obrigado a recolher em até 30 dias após a data de opção ao PAEX.
(e) Parcelamento Excepcional - PAEX. (Vide nota explicativa nº 38)

	2006		2005	
	Encargo	Circulante	Encargo	Circulante
ELETOBRÁS	483	8.668	95.933	6
BNDES	249	26.838	26.838	547
FDE	37	2.261	7.868	1.431
Capital de giro	1.187	22.828	4.308	1.519
Total moeda nacional	1.956	60.595	134.947	2.072
Moeda estrangeira:				
BID.....	2.576	-	213.800	-
Notes Units.....	3.950	-	106.900	-
Tesouro Nacional.....	965	5.311	63.387	998
Total moeda estrangeira	7.491	5.311	384.087	998
Total	9.447	65.906	519.034	3.070

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

a. Composição:

	2006		2005	
	Encargo	Circulante	Encargo	Circulante
ELETOBRÁS	483	8.668	95.933	6
BNDES	249	26.838	26.838	547
FDE	37	2.261	7.868	1.431
Capital de giro	1.187	22.828	4.308	1.519
Total moeda nacional	1.956	60.595	134.947	2.072
Moeda estrangeira:				
BID.....	2.576	-	213.800	-
Notes Units.....	3.950	-	106.900	-
Tesouro Nacional.....	965	5.311	63.387	998
Total moeda estrangeira	7.491	5.311	384.087	998
Total	9.447	65.906	519.034	3.070

b. As parcelas do não circulante (principal e encargos) têm os seguintes vencimentos:

	2006		2005
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	
A partir de: 2007.....	-	-	49.756
2008.....	48.207	5.311	53.518
2009.....	17.126	31.574	48.700
2010.....	16.371	94.256	110.627
2011.....	15.313	95.377	110.690
2012.....	15.313	74.193	89.506
2013.....	9.303	17.392	26.695
2014.....	6.951	17.877	24.828
2015.....	3.146	9.039	12.185
2016.....	2.361	-	2.361
2017.....	790	-	790
Após 2017.....	66	39.068	39.134
Total	134.947	384.087	519.034

c. Composição do saldo devedor por moeda e indexador.

Moeda/Indexador	2006		2005	
		%		%
Moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano (US\$)	396.889	100,00	83.112	98,11
Euro	-	-	1.604	1,89
Subtotal	396.889	100,00	84.716	100,00
Moeda Nacional:				
URTJLP	53.925	27,30	79.466	29,17
Ufir	105.084	53,21	83.155	30,52
CDI	28.323	14,34	77.901	28,59
TJLP	10.166	5,15	10.584	3,88
Selic.....	-	-	21.350	7,84
Subtotal	197.498	100,00	272.456	100,00
Total	594.387		357.172	

d. Os indexadores, base de atualização dos empréstimos e financiamentos, apresentaram as seguintes variações durante o exercício:

Moeda/indexador:	Variação %	
	2006	2005
US\$ (Dólar norte americano)	(8,66)	(12,27)
Euro	1,85	(23,08)
URTJLP (Unidade de Referência - Taxa de Juros de Longo Prazo):		
URTJLP	1,54	3,58
Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia)	15,08	19,05
CDI (Certificado de Depósito Interbancário)	15,03	19,00
TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo)	7,86	-
IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado)	3,85	1,20

e. Detalhamento dos Empréstimos e Financiamentos:

1. ELETROBRÁS - Recursos destinados a investimentos no ativo imobilizado, para expansão do Programa Nacional Luz no Campo. O empréstimo é datado de 29/02/2000, a data de vencimento da última parcela ocorrerá em 30/08/2014, conforme aditivo contratual, a forma de amortização é mensal, e a taxa de juros é de 5% a.a.
ELETROBRÁS - Empréstimos tomados para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica "Luz para Todos", instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás, com recursos originários da Reserva Global de Reversão - RGR e Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. O recurso oriundo da RGR tem prazo para amortização do contrato de 120 meses em parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a primeira parcela em 30/09/2006 e a última parcela vencendo em 30/08/2016, a taxa de juros de 5% a.a. O recurso da CDE é subvencionado pela Eletrobrás.
2. BNDES - Os recursos destinados a investimentos no ativo imobilizado, para

expansão do sistema de transmissão e distribuição de energia, cujo contrato foi assinado em 7/12/1998, são amortizados mensalmente à taxa de juros de 11% a.a. e seu vencimento final ocorrerá em 15/12/2008.

3. Tesouro Nacional - Reestruturação de dívida externa, contrato inicial assinado em 31/12/1997, com taxas de juros que variam de 4,3% a 11% a.a., mais taxa liber semestral acrescida da variação cambial, com amortização semestral, e vencimento da última parcela em 15/4/2024.

4. Capital de giro diversos - Para moeda nacional as taxas de juros variam de 0,18% a 0,40% a.m. acrescidas de CDI, com amortização mensal, e vencimento da última parcela ocorrendo em 10/11/2008.

5. Empréstimo "Unit Note" - Em 14 de fevereiro de 2006, a CELPA efetuou a emissão de US\$ 50 milhões relativos a "Unit Note", com prazo total para liquidação de 6 anos, sendo 3 anos de carência e 3 anos para amortização do principal. O montante do principal dessa operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos em reais.

6. Empréstimo - BID - A Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, em 25 de julho de 2006, recebeu US\$ 100.000 (cem milhões de dólares americanos), como parte dos recursos dos empréstimos aprovados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de um total de US\$ 135.000 (cento e trinta e cinco milhões de dólares americanos). Do total liberado, US\$ 40.000 (quarenta milhões de dólares americanos) são provenientes de recursos próprios do BID (denominados como "A Loan" ou parte A) e US\$ 60.000 (sessenta milhões de dólares americanos) são provenientes de um sindicato de bancos (club deal) composto pelo Banco Societé Generale e Banco Itaú Europa. A parte A do financiamento terá o prazo total de 9 (nove) anos para liquidação, sendo 3 (três) anos de carência e mais 6 (seis) para amortização do principal. A parte B terá o prazo total de 6 (seis) anos para liquidação, sendo 3 (três) anos de carência e mais 3 (três) anos para amortização. As amortizações serão pagas trimestralmente e durante o período de carência haverá pagamentos trimestrais dos encargos. O custo da parte A é de Libor acrescida de spread de 4,25% a.a. e a parte B de Libor acrescida de spread de 3,875% a.a.. O principal da operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial (Swap) a taxas que variam entre IGPM acrescido de spread de 4,30% a.a. e IGPM acrescido de spread de 5,50 a.a.

Garantias Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, avais do acionista controlador e receitas futuras de fornecimento de energia elétrica.

f. Mutação de empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional			Moeda estrangeira		
	Circulante	Não Circulante	Encargo	Circulante	Não Circulante	Encargo
Saldo em 31 de dezembro de 2005 ..	118.495	151.889	2.072	8.507	75.211	998
Ingressos	23.789	48.512	-	-	326.220	-
Encargos	-	-	26.965	-	-	23.605
Variação monetária e cambial	471	1.511	-	(561)	(11.995)	(171)
Transferências	67.409	(66.965)	(444)	5.349	(5.349)	-
Amortizações.....	(149.569)	-	(26.637)	(7.984)	-	(16.941)
Saldo em 31 de dezembro de 2006 ..	60.595	134.947	1.956	5.311	384.087	7.491

21. TAXAS REGULAMENTARES

	Circulante	
	2006	2005
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	82
Quota de reserva global de reversão - RGR	984	1.078
Quota da conta de consumo de combustível - CCC	8.206	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	716	572
Fundo Nacional Desenv. Científico Tecnológico-FNDCTE.....	4.438	4.570
M.M.E.	4.906	6.484
Instituições de Pesquisas.....	12.636	3.200
Programa de Eficiência Energética - PEE.....	19.131	11.369
Taxa de fiscalização - ANEEL	278	243
Total	51.295	27.598

22. PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2006		2005	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
	no exercício	Saldo judiciais	no exercício	Saldo judiciais
Trabalhistas:				
Plano Bresser	-	59	-	59
Periculosidade (b)	24	837	(101)	813
Outros (b)	715	8.181	1.301	7.466
Total	739	9.018	1.200	8.279
Cíveis -				
Consumidores (a)	51	3.365	(6)	3.314
Fiscais e tributárias:				
Cofins (c)	(28.882)	-	3.806	28.882
PIS (c)	(8.125)	-	703	1.043
CPMF (c)	(1.089)	-	150	1.089
IOF (c)	(1.464)	-	203	1.464
Imposto de renda (c)	(11.960)	-	1.112	11.960
Contribuição social (c)	(1.532)	-	185	1.532
Total	(53.052)	703	6.499	53.052
Total	(52.262)	12.383	18.324	7.693
Cíveis				
Saldo em 31 de dezembro de 2005 ..	3.314	8.279	53.052	64.645
Constituição	89	745	-	834
Baixas/reversão	(38)	(6)	(56.816)	(56.860)
Atualização	-	-	3.764	3.764
Saldo em 31 de dezembro de 2006 ..	3.365	9.018	-	12.383
Contingências Passivas:				
Possível (d).....	16.407	34.927	-	51.334

	2006		2005	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2005 ..	3.314	8.279	53.052	64.645
Constituição	89	745	-	834
Baixas/reversão	(38)	(6)	(56.816)	(56.860)
Atualização	-	-	3.764	3.764
Saldo em 31 de dezembro de 2006 ..	3.365	9.018	-	12.383
Contingências Passivas:				
Possível (d).....	16.407	34.927	-	51.334


27. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Nº. de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
	Residencial.....	1.215.023	1.160.065	1.806.014	1.770.769	674.690
Industrial.....	3.971	3.882	987.684	1.017.270	280.809	267.447
Comercial, serviços e outras atividades.....	118.430	113.565	1.043.557	1.013.632	413.628	390.212
Rural.....	41.463	20.546	82.877	73.580	23.051	19.668
Poder público.....	12.139	11.464	339.981	316.222	125.149	112.234
Iluminação pública.....	297	276	246.932	242.994	55.837	52.815
Serviço público.....	1.335	1.235	204.937	198.918	44.884	40.926
Consumo próprio.....	272	270	27.507	27.808	-	-
Forneimento não faturado.....	-	-	-	-	16.481	13.523
Receita do uso da rede.....	-	-	-	-	13.460	-
Recomposição tarifária extraordinária.....	-	-	-	-	(17.949)	(53.416)
Redução da receita - Baixa renda.....	-	-	-	-	44.446	37.314
Provisão Redução Tarifa - Irrigação.....	-	-	-	-	23	-
Subtotal.....	1.392.930	1.311.303	4.739.489	4.661.193	1.674.509	1.507.869
Suprimentos.....	-	-	74.246	69.422	8.845	4.746
Outras receitas.....	-	-	-	-	15.147	19.976
Total.....	1.392.930	1.311.303	4.813.735	4.730.615	1.698.501	1.532.591

(*) Informações não auditadas.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 364, de 3 de agosto de 2006, homologou o resultado do reajuste tarifário anual, fixando o repositonamento tarifário em 7,66%, sendo 6,05% relativo ao reajuste tarifário anual e 1,61% referente aos componentes financeiros externos ao reajuste anual.

28. COMPRA E VENDA DE ENERGIA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CCEE

Nos exercícios de 2006 e 2005, a companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2006	2005
Compra de energia na CCEE.....	121	5.095
Venda de energia na CCEE.....	8.845	4.746

29. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	2006		2005	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Eletronorte.....	387.568	1.724.450	23.114	102.943
Furnas.....	2.046.873	1.304.424	134.745	79.617
Chef.....	1.397.623	1.060.166	78.345	56.055
Eletronorte.....	515.012	456.048	28.475	34.427
Copel.....	535.853	415.589	32.826	23.934
Cesp.....	670.881	339.263	45.031	21.101
Cemig.....	246.593	-	17.709	-
Light.....	204.403	161.404	11.249	8.349
CEEE.....	172.083	110.258	10.430	6.347
Duke Energy.....	111.065	90.753	7.036	5.452
Emae.....	46.764	36.046	3.013	2.197
Eletropaulo.....	-	28.752	-	1.785
Outros.....	103.189	51.896	4.777	3.183
Programa de incentivo a fontes alternativas de energia.....	-	-	3.426	-
Amortização do Custos da Parcela A.....	-	-	(1.579)	(2.694)
Diferimento de Custos da Parcela A.....	-	-	(3.436)	8.276
(-) Crédito de PIS não cumulativo.....	-	-	(8.401)	(5.937)
(-) Crédito de COFINS não cumulativo.....	-	-	(38.698)	(27.011)
Total de energia convencional para revenda.....	6.437.907	5.779.049	348.062	318.024

(*) Informações não auditadas

30. DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas operacionais	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Pessoal.....	13.202	16.859	15.897	26.053	-	-
Administradores.....	-	-	2.314	3.078	-	-
Material.....	5	13	9.289	5.142	-	2.317
Serviço de Terceiros.....	41.436	34.041	55.174	42.046	-	-
Quota CCC.....	-	-	-	-	77.879	58.226
Depreciação e Amortização.....	-	-	3.272	3.534	190	195
Arrendamentos e Aluguéis.....	-	-	6.750	2.207	-	-
Seguros.....	48	51	1.042	515	-	-
Tributos.....	-	-	10.508	7.063	-	20
Provisões (Liq. de Reversão).....	19.217	(1.709)	-	-	(2.845)	(147)
Taxa de fiscalização.....	-	-	-	-	3.176	2.993
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.....	-	-	-	-	8.591	6.868
Doações, Contribuições e Subvenções.....	-	-	-	-	2.674	2.798
Programa de Eficiência Energética.....	-	-	-	-	6.149	2.922
Pesquisa.....	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento e Eficiência Energética.....	-	-	-	-	5.352	4.734
Fundo Nac. Desenv. Científico Tecnol - FNDCT.....	-	-	-	-	3.184	5.794
Outros.....	(177)	(993)	5.626	7.163	3.063	3.757
Total.....	73.731	48.262	109.872	96.801	107.413	90.477

	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas	
	2006	2005	2006	2005
Despesas com pessoal				
Remuneração.....	8.867	11.319	12.416	18.118
Encargos sociais - INSS.....	2.734	3.559	3.794	5.549
Encargos sociais - FGTS.....	898	1.105	1.156	1.601
Programa de inc.a aposentadoria e dem. Voluntária.....	199	-	276	-
Contribuição como mantenedor da fundação.....	106	153	543	536
Indenização sobre o saldo do FGTS.....	398	723	568	2.182
(-) Transferências para ordens em curso.....	-	-	(2.856)	(1.933)
Total.....	13.202	16.859	15.897	26.053

31. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2006	2005
Outras receitas financeiras		
Crédito Finsocial Homol. Com. 586/2005 SRF.....	5.964	-
Outras receitas financeiras.....	3.031	3.588
Crédito saldo negativo de CSL.....	-	2.295
Total.....	8.995	5.883
Outras despesas financeiras		
Operações de Swap.....	23.305	-
IOF.....	2.113	1.520
Taxas bancárias.....	472	381
Multas diversas.....	2.771	846
Total.....	28.661	2.747

32. REVISÃO TARIFÁRIA

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 188, de 5 de agosto de 2004, homologou o resultado final da primeira revisão tarifária periódica da Companhia, ocorrida em abril de 2003, fixando o repositonamento tarifário em 20,21%. O objetivo do repositonamento tarifário no processo de revisão tarifária é proporcionar a receita necessária à cobertura dos custos operacionais e à remuneração dos investimentos. Esse índice definitivo de repositonamento das tarifas, com efeito retroativo a julho de 2003, substitui o repositonamento fixado, provisoriamente, em 27,05%, através da Resolução Homologatória nº 388, de 6 de agosto de 2003. A diferença entre o repositonamento tarifário provisório de 27,05%, aplicado em agosto de 2003 sobre as tarifas de fornecimento, e o repositonamento tarifário definitivo de 20,21%, foi compensada financeiramente para os consumidores no reajuste tarifário anual de 5 de agosto de 2004 através da Resolução Homologatória nº 188, de 5 de agosto de 2004.

33. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2006	2005
Receitas não operacionais:		
Ganhos na alienação de bens e direitos.....	93	28.783
Outras receitas não operacionais.....	385	1.018
Subtotal.....	478	29.801
Despesas não operacionais:		
Perdas na desativação de bens e direitos.....	(340)	(2.490)
Perdas na alienação de bens e direitos.....	(11.553)	(1.317)
Outras despesas não operacionais.....	(7)	(140)
Subtotal.....	(11.900)	(3.947)
Total.....	(11.422)	25.854

34. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

Após um período de intensa negociação, o Governo Federal e as empresas de energia elétrica firmaram o Acordo Geral do Setor Elétrico, através da Medida Provisória nº 14/2001, convertida na Lei nº 10.438/2002. Esse acordo abrangendo as perdas de margem incorridas pelas distribuidoras e geradoras durante a vigência do racionamento, os custos adicionais da denominada Parcela A para o período de 1/1/2001 a 25/10/2001, a parcela dos custos com a compra de energia no âmbito da CCEE devido às empresas geradoras, denominada "energia livre", realizadas até dezembro de 2002 e a substituição do direito contratual previsto no Anexo V dos Contratos Iniciais relativo ao período do racionamento, homologados através das Resoluções nºs 480, 481, 482, 483 e 484, de 29 de agosto de 2002, respectivamente. A receita das empresas do setor foi recomposta mediante aumentos nas tarifas de energia de 2,9% para os consumidores residenciais (exceto subclasse residencial baixa renda) e rural, e 7,9% para as demais classes consumidoras. Além disso, o BNDES aprovou linha de crédito para o financiamento correspondente a 90% dos valores de recuperação das perdas decorrentes do Programa de Racionamento. O montante liberado até 31 de dezembro de 2006 é de R\$ 79.757 na Companhia, que será amortizado em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e sucessivas a partir da data da liberação, corrigido a taxa de 1% (a título de spread) acima da taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Os itens constantes do Acordo Geral do setor Elétrico vinham sendo remunerados com base na variação da taxa SELIC divulgada pelo BACEN, acrescida de 1% a.a., exceto para o item Parcela A que vinha sendo aplicado apenas a SELIC. Em 20 de dezembro de 2005, a ANEEL, através do Ofício Circular nº 2.121/2005-SFF/ANEEL, estabeleceu os seguintes procedimentos para o cálculo da remuneração:

Para o item Perda de Receita, aplica-se sobre o montante financiado pelo BNDES a SELIC pela taxa simples capitalizada mensalmente mais 1% a.a. Sobre os 10% não financiados, deverá incidir apenas a remuneração pela taxa SELIC divulgada pelo BACEN;

Para o Item Energia Livre, para o caso em que a Geradora obtenha o financiamento junto ao BNDES, aplicar a SELIC pela taxa simples capitalizada mensalmente mais 1% a.a., e para as Geradoras que não obtiveram o referido financiamento somente a remuneração da SELIC divulgada pelo BACEN;

Para o item Parcela A, aplica-se apenas a taxa SELIC divulgada pelo BACEN.

As informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 contemplam os seguintes ajustes decorrentes do Acordo:

	No resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2006					
	Saldo em 2005	Transf.	Resultado operacional	Repasses aos agentes	Custo operacional	Resultado financeiro
Ativo circulante:						
Recomposição de receita.....	8.098	(16.790)	(1.152)	-	-	9.844
Energia livre.....	26.062	(16.709)	(16.797)	-	-	7.444
Despesa paga antecipadamente parcela "A".....	-	4.152	(4.207)	-	-	55
Ativo não circulante						
Recomposição de receita.....	-	16.790	-	-	-	16.790
(-) Provisão para devedores duvidosos.....	-	-	-	-	-	(16.790)
Energia livre.....	-	16.709	-	-	-	16.709
(-) Provisão para perdas.....	-	-	-	-	-	(16.709)
Despesa paga antecipadamente parcela "A".....	3.947	(4.152)	-	-	-	205
Passivo circulante						
Energia livre.....	(38.053)	20.745	-	18.439	1.124	(8.871)
Despesa paga antecipadamente parcela "A".....	-	(1.890)	(2.721)	-	-	(369)
Passivo não circulante						
Conta de compensação de variação de custos -parcela "A".....	(1.797)	1.890	-	-	-	(93)
Energia livre.....	(743)	(20.745)	-	-	-	(21.488)
(-) Provisão para perdas.....	-	-	-	-	-	21.488
Total.....	(2.486)	(24.877)	18.439	1.124	(3.796)	(11.598)

A ANEEL, através da Resolução Normativa ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, retificou os montantes que haviam sido homologados pelas Resoluções nºs 483, de 29/08/2002, relativos à Energia Livre e alterou os prazos máximos de permanência da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica, excluindo deste prazo a recuperação dos valores financeiros de itens da Parcela A e, através da Resolução nº 45, de 3 de março de 2004, alterou o percentual a ser aplicado à arrecadação da RTE a título de repasse de energia livre, para 46,4669%.

A Administração da Companhia constituiu provisão para perdas no exercício por considerar o prazo determinado pela ANEEL insuficiente para a recuperação integral dos valores de RTE (Energia Livre e Perda de Receita).

35. PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÃO
 A Companhia patrocina em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da Previdência Social, cuja administração é feita através da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.
 Os planos de benefícios instituídos pela Companhia junto a Redeprev são:
a. Plano de Benefícios Celpa BD-I - está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. Este plano encontra-se em extinção para novas adesões desde 1/1/1998.
b. Plano de Benefícios Celpa BD-II - instituído em 1/1/1998, e encontra-se em extinção desde 1/4/2000, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. O Plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, assistidos e pela patrocinadora.
c. Plano de Benefícios Celpa-R - instituído em 1/4/2000 e oferece cobertura aos beneficiários de risco de suplementações de aposentadoria por invalidez, auxílio doença e pensão por morte, e pecúlio por morte. O Plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado exclusivamente pela patrocinadora.
d. Plano de Benefícios Celpa - OP - instituído em 1/4/2000 e oferece o benefício de renda mensal vitalícia, após o prazo de diferimento. O Plano, durante o prazo de diferimento do benefício, está estruturado na forma de Contribuição Definida e o valor da renda mensal está vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante. A renda mensal vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente uma vez a cada ano, sendo nesta fase considerada Benefício Definido. O custeio do plano é feito pelos participantes ativos (90%) e pelas patrocinadoras (10%).

	Celpa BD-I		Celpa BD-II		Celpa-R		Celpa-OP	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Número de participantes.....	-	-	19	2.031	2.031	-	-	-
Número de assistidos.....	283	205	12	12	12	-	-	
Número de pensionistas (famílias).....	29	118	8	-	-	-	-	
Total.....	312	342	2.051	2.043	2.043	-	-	

SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS - AVALIAÇÃO ATUARIAL - DATA BASE 30/11/2006 :
a. Número de participantes/beneficiários:

	Celpa BD-I		Celpa BD-II		Celpa-R		Celpa-OP	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Remuneração.....	8.867	11.319	12.416	18.118	-	-	-	-
Encargos sociais - INSS.....	2.734	3.559	3.794	5.549	-	-	-	-
Encargos sociais - FGTS.....	898	1.105	1.156	1.601	-	-	-	-
Programa de inc.a aposentadoria e dem. Voluntária.....	199	-	276	-	-	-	-	-
Contribuição como mantenedor da fundação.....	106	153	543	536	-	-	-	-
Indenização sobre o saldo do FGTS.....	398	723	568	2.182	-	-	-	-
(-) Transferências para ordens em curso.....	-	-	(2.856)	(1.933)	-	-	-	-
Total.....	13.202	16.859	15.897	26.053	15.897	26.053	26.053	26.053



Sobre o saldo devedor incidem juros mensais equivalentes à variação da TJLP.
O valor total referente ao PAEX 130 meses é composto por:

Tributo	2006		
	Principal	Encargos	Total
PIS.....	19.646	336	19.982
COFINS.....	53.469	916	54.385
IRPJ.....	12.281	210	12.491
CSLL.....	5.465	94	5.559
CPMF.....	14.665	251	14.916
INSS.....	7.797	138	7.935
Total.....	113.323	1.945	115.268

b. O débito consolidado em 120 parcelas mensais de acordo com o disposto no artigo 8º da Medida Provisória nº. 303, de 29 de junho de 2006, está sendo pago desde de setembro de 2006. As parcelas do débito consolidado pagas no exercício findo em 31 de dezembro de 2006, montam em R\$13.023 (principal de R\$9.366 e encargos de R\$3.657).

Sobre o saldo devedor incidem juros mensais equivalentes à variação da SELIC.
O valor total referente ao PAEX 120 meses é composto por:

Tributo	2006		
	Principal	Encargos	Total
PIS.....	24.867	773	25.640
COFINS.....	102.582	3.190	105.772
IRPJ.....	57.188	1.779	58.967
CSLL.....	17.931	558	18.489
CPMF.....	16.835	524	17.359
PGFN.....	199.812	6.271	206.083
INSS.....	6.610	209	6.819
Total.....	425.825	13.304	439.129

39. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A utilização de instrumentos e operações envolvendo taxas de juros tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas da Companhia. As operações são realizadas por intermédio das áreas financeiras de acordo com a estratégia aprovada pelas diretorias. As administrações avaliam que os riscos são mínimos, pois não existem concentrações e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez e dentro de limites aprovados.

Instrumentos Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, têm o propósito de proteger as operações da empresa contra os riscos de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos.

Em 31 de dezembro de 2006, a CELPA mantinha instrumentos de troca de resultados financeiros - "SWAP" junto a instituições financeiras, para fazer face às oscilações que possam ocorrer na moeda nacional com relação ao dólar Norte-Americano no montante de US\$50.000, (R\$ 111.989) valor original, correspondente a captação de recursos através de "Notes Units".

O resultado reconhecido líquido dessas operações acumulam perdas, de fevereiro a dezembro de 2006, no montante de R\$ 7.324, sendo R\$ 3.349 junto ao Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A., que optou pelo IGPM mais 4,20% a.a. e R\$ 3.975 com o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. que optou pelo IGPM mais 5,70% a.a., com vencimentos em 12/2/2010, 11/2/2011 e 13/2/2012 respectivamente.

Em 25 de julho de 2006, a CELPA toma empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, sendo liberado US\$ 100.000 como parte dos recursos dos empréstimos aprovados de um total de US\$ 135.000. Do total liberado, US\$ 40.000 são provenientes de recursos próprios do BID (denominados como "A Loan" ou Parte A) e US\$ 60.000 são provenientes de um sindicato de bancos (club deal) composto pelo Banco Societé Generale e Banco Itaú Europa. A Parte A do financiamento terá o prazo total nove anos para liquidação, sendo três anos de carência e mais seis para amortização do principal. A Parte B terá o prazo total de seis anos para liquidação, sendo três anos de carência e mais três anos para amortização. As amortizações tanto do principal quanto dos encargos serão trimestrais. O custo da Parte A é de Libor acrescida de spread de 4,25% a.a. e a Parte B de Libor acrescida de spread de 3,875% a.a.. O principal da operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial (Swap) a taxas que variam entre IGPM acrescido de spread de 4,30% a.a. a 5,50% a.a.

O resultado reconhecido líquido dessas operações acumulam perdas, de julho a dezembro de 2006, no montante de R\$ 15.935, sendo R\$ 3.922 com o Banco Societé Generale que optou pela taxa de IGPM mais 4,88%, R\$ 7.170 com o Banco Itaú que optou pela taxa de IGPM mais 4,23% a 5,50% e R\$ 4.843 com o Unibanco que optou pela taxa de IGPM mais 4,60%.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

A administração da Companhia, estima que os valores de mercado da captação de recursos através de "Notes Units", e "BID", registrados em contas patrimoniais não apresentem diferenças significativas em relação aos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de as controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia e suas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco de taxa de câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 31 de dezembro de 2006, o saldo total de empréstimos montava em R\$ 594.387, dos quais R\$ 396.889 eram referentes a captações em moeda estrangeira.

Risco de preço

Anualmente as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica com base nas variações dos custos não gerenciáveis

(denominados Parcela A) e pela variação do IGP-M para os custos gerenciáveis (denominados Parcela B). Esses pleitos são revisados e homologados pela ANEEL. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

Risco de mercado

O risco de mercado da Companhia, deve ser analisado dentro de um contexto de mudanças no modelo do setor elétrico brasileiro, no qual a Companhia está inserida.

40. TERMO DE COMPROMISSO

O Termo de Compromisso celebrado com o Governo do Estado do Pará em sua cláusula 3ª. estabelece que 1,5% da receita líquida com vendas de energia elétrica

seja investido em obras de interesse sócio-econômico do Estado.

No exercício de 2006, a receita líquida ajustada com vendas de energia elétrica totalizou R\$ 1.116.654 (R\$ 976.185 em 2005), sendo que 1,5% desse montante totalizou R\$ 16.750 (R\$ 14.643 em 2005) a serem investidos conforme previsto na cláusula 3ª. do Termo de Compromisso.

41. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, as unidades de negócio de Distribuição (DIS), Comercialização (COM) e Atividade não vinculada (AV), estão sendo apresentadas em conjunto, conforme Ofício Circular 2.306/04 (item 2.3, alínea i do anexo) e nº. 2.218/05:

	2006			2005		
	GER (*)	DIS / COM (*)	AV (*)	GER (*)	DIS / COM (*)	AV (*)
Receita operacional bruta						
Fornecimento de energia elétrica.....	14.603	1.659.906	-	24.857	1.483.012	-
Suprimento de energia elétrica.....	-	8.845	-	-	4.746	-
Outras receitas operacionais.....	-	15.053	94	3	15.691	4.282
Total da receita operacional bruta.....	14.603	1.683.804	94	24.860	1.503.449	4.282
Deduções da receita operac. Bruta						
ICMS sobre fornecimento de energia elétrica.....	-	(372.678)	(16)	-	(343.029)	(110)
Quotas para reserva global de reversão.....	(130)	(14.750)	-	(695)	(12.494)	-
Impostos e contribuições sobre a receita.....	(679)	(180.389)	(495)	(13.055)	(146.049)	(396)
Outras.....	-	(262)	(54)	-	(20.601)	(11)
Total de deduções da receita operacional bruta.....	(809)	(568.079)	(565)	(13.750)	(522.173)	(517)
Receita operacional líquida.....	13.794	1.115.725	(471)	11.110	981.276	3.765
Custo do serviço de ener. Elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda.....	-	(348.183)	-	-	(323.119)	-
Encargo de uso do sist. de transm. e distribuição.....	-	(62.169)	-	-	(74.763)	-
Total do custo do serviço de energia elétrica.....	-	(410.352)	-	-	(397.882)	-
Custo de operação						
Pessoal.....	(2.645)	(34.957)	-	(4.266)	(40.931)	-
Material.....	(955)	(6.880)	-	(896)	(6.828)	-
Matéria-prima e ins. p/produção de energia elétrica.....	(156.985)	-	-	(156.985)	-	-
Serviços de terceiros.....	(36.448)	(44.807)	-	(41.255)	(32.602)	-
Depreciação e amortização.....	(1.082)	(88.147)	-	(89.229)	(2.502)	-
Subvenção - CCC.....	165.608	-	-	128.641	-	-
Arendamentos e alugueis.....	(20)	(843)	-	(98)	(1.275)	-
Outros.....	(15.015)	(8.029)	-	785	(1.958)	-
Total do custo de operação.....	(47.542)	(183.663)	-	(38.284)	(166.661)	-
Custo do serviço prest. a terceiros.....	-	(2.705)	-	-	(8.908)	-
Lucro operacional bruto.....	(33.748)	519.005	(471)	(27.174)	407.825	3.765
Despesas operacionais						
Despesas com vendas.....	-	(73.731)	-	-	(48.262)	-
Despesas gerais e administrativas.....	-	(108.019)	(1.853)	(26.030)	(68.430)	(2.341)
Outras despesas operacionais.....	-	(107.184)	(229)	(1.308)	(88.974)	(195)
Total de despesas operacionais.....	-	(288.934)	(2.082)	(27.338)	(205.666)	(2.536)
Resultado do serviço.....	(33.748)	230.071	(2.553)	(54.512)	202.159	1.229
Resultado de participações societárias.....	-	-	-	-	-	6.897
Resultado financeiro.....	(5.761)	(149.907)	85.597	(7.341)	(28.551)	(19.115)
Resultado operacional.....	(39.509)	80.164	83.044	(61.853)	173.608	(10.989)
Resultado não operacional						
Receita não operacional.....	14	464	-	5.823	23.706	272
Despesa não operacional.....	(506)	(4.795)	(6.599)	(453)	(3.430)	(64)
Total do resultado não operacional.....	(492)	(4.331)	(6.599)	5.370	20.276	208
Lucro antes do IR e c.Social.....	(40.001)	75.833	76.445	(56.483)	193.884	(10.781)
Total do imposto de renda e contribuição social.....	(9.384)	(38.534)	-	(8.929)	(34.319)	-
Lucro antes da rev. JCP.....	(49.385)	37.299	76.445	(65.412)	159.565	(10.781)
Reversão dos juros sobre o capital próprio.....	-	-	15.000	-	-	15.000
Lucro líquido do exercício.....	(49.385)	37.299	91.445	(65.412)	159.565	4.219

(*) Informações não auditadas

42. FATO RELEVANTE

Impacto da Resolução Normativa ANEEL 234 de 31 de Outubro de 2006.

Através da Resolução nº. 234 de 31 de outubro de 2006, a ANEEL estabeleceu os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para a realização do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

As bases da metodologia aplicadas no primeiro ciclo de revisão tarifária, foram mantidas, no tocante à valoração dos ativos e na construção da Empresa de Referência para os Custos Operacionais.

A seguir apresentamos algumas considerações dos principais itens:

Custos Operacionais:

Será mantida a metodologia adotada para determinação dos custos operacionais eficientes utilizando-se o Modelo de Empresa de Referência, baseado na elaboração dos processos e atividades que devem ser realizados por uma distribuidora de energia elétrica para garantir que o serviço seja prestado a um nível de qualidade mínimo.

Contempla o dimensionamento dos recursos humanos (administrativo e de operação e manutenção), materiais e serviços; instalações móveis e imóveis.

Estabelece também os processos e atividades comerciais, bem como os processos e atividades de operação e manutenção do sistema elétrico.

Para este segundo ciclo, o processo de cálculo do Custo Operacional deverá ser transparente, inclusive com a disponibilização pela ANEEL do Modelo de cálculo e o Manual de utilização da Empresa de Referência.

Estrutura e Custo de Capital Próprio e de Terceiros:

Mantém a metodologia da Estrutura Ótima de Capital, a metodologia CAPM (Capital Assets Pricing Model) para cálculo do custo de Capital Próprio. E para o custo de capital de terceiros, adiciona-se os prêmios de riscos exigidos para emprestar recursos a uma concessionária de distribuição no Brasil.

Por fim calcula-se o custo médio ponderado de capital.

Foram atualizadas as diversas séries históricas do modelo para a mensuração dos prêmios de risco. Através da Resolução 246 de 21 de dezembro de 2006, a ANEEL estabeleceu o percentual do Custo Médio Ponderado de Capital para este segundo ciclo de revisão tarifária, como sendo de 15,12% bruto e 9,98% líquido sobre a Base de Remuneração dos Ativos.

Base de Remuneração dos Ativos:

Para a valoração do conjunto de ativos imobilizados em serviço, permanece a metodologia do custo de reposição, considerando o valor novo do ativo como base para determinação de seu valor de mercado em uso.

A base de remuneração aprovada no primeiro ciclo de revisão tarifária deve ser "blindada", os quais deverão ser retirados as baixas e atualizadas pela aplicação do IGP-M, considerando-se também a depreciação do período.

As inclusões entre as datas do primeiro ciclo e segundo ciclo de revisão tarifária, desde que em operação, serão avaliadas de acordo com metodologia definida na Resolução 234/06.

Quanto as inclusões, serão precificadas de acordo com um Banco de Preços Referenciados, construída pela ANEEL, observando-se a média de preços regionais. Em relação à metodologia anterior houve alteração no reconhecimento da depreciação dos ativos adquiridos com recursos oriundos das Obrigações Especiais, pois não serão mais computados na parcela B da Receita Requerida da Concessionária.

O critério proposto altera também no aspecto contábil, para permitir que as Obrigações Especiais sejam amortizadas às mesmas taxas de depreciação, usando-se uma taxa média, a partir da revisão tarifária.

Somente após a realização da revisão tarifária a iniciar-se em abril de 2007 para algumas concessionárias, é que poderemos analisar a qual será o critério efetivamente a ser adotado pela ANEEL na aplicação desta alteração.

Membros do Conselho de Administração

JORGE QUEIROZ DE MORAES JUNIOR
Presidente

FREDERICO ARTHUR M. TAVARES DE LIMA
Conselheiro Vice-Presidente

ALBERTO JOSÉ RODRIGUES ALVES
Conselheiro Administrativo

FERNANDO QUARTIM BARBOSA DE FIGUEIREDO
Conselheiro Administrativo

LAUDO VOTA BRANCATO
Conselheiro Administrativo

ATILANO DE OMS SOBRINHO
Conselheiro Administrativo

SEBASTIÃO BIMBATI
Conselheiro Administrativo

DANIEL MACHADO
Conselheiro Administrativo

AFRÂNIO BARREIRA DE ALENCAR MATOS FILHO
Conselheiro Administrativo

Membros da Diretoria

EVANDRO CÉSAR CAMILLO COURA
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

JOSÉ ALBERTO ALVES CUNHA
Diretor Vice-Presidente de Operações

CARMEM CAMPOS PEREIRA
Diretora de Produção e Transmissão

ANTONIO CARLOS FERNANDES DA FONSECA
Diretor de Distribuição

MAURO CHAVES DE ALMEIDA
Diretor Financeiro

ITAMAR RIBEIRO DE MAGALHÃES E SOUZA JÚNIOR
Diretor Administrativo

ÁLVARO ANTONIO BRESSAN
Diretor de Planejamento e Projetos Especiais

Izabel Corina de O. Carvalho
Contadora - CRC-PA 5989/O-8

Parecer do Conselho Fiscal

"Os membros do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, tendo examinado o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2006, seus anexos correspondentes, e o Relatório da Administração, considerando as análises realizadas ao longo do Exercício e com base no Parecer da BDO Trevisan Auditores Independentes, são de opinião que as peças refletem adequadamente a situação econômica e financeira da Companhia, e, assim recomendamos aos Srs. Acionistas sua aprovação em Assembléia Geral".

São Paulo, 9 de março de 2007.

CONSELHO FISCAL

CARLOS SOUZA BARROS DE CARVALHOSA
Conselheiro Efetivo

ANTONIO CARLOS DE PAULA
Conselheiro Efetivo

KLEBER CIMINI LAGE
Conselheiro Efetivo

RENATO SOARES SACRAMENTO
Conselheiro Efetivo

PEDRO PAULO DA CUNHA
Conselheiro Efetivo

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Diretores e Acionistas da
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Pará - Belém

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e

dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA em 31 de dezembro de 2006 e 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa, do valor adicionado e do balanço social, apresentados para propiciar informações suplementares, não são requeridas como

parte integrante das demonstrações contábeis. As demonstrações do fluxo de caixa, do valor adicionado e do balanço social foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belém, 27 de fevereiro de 2007.

